



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA**

PARFOR

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS
LÍNGUA INGLESA E LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA,
2ª LICENCIATURA**

Teresina
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA – TERESINA-PI

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS
LÍNGUA INGLESA E LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA,
2ª LICENCIATURA

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa, 2ª Licenciatura, da Universidade Federal do Piauí, a ser implementado em 2011, como ação do Plano Nacional de Formação de Professores da Rede Básica (PARFOR).

Teresina
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA

REITOR

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

VICE-REITOR

Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Regina Ferraz Mendes

COORDENAÇÃO DE CURRÍCULO/PREG

Prof^a. Dr^a. Antonia Dalva França Carvalho

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco

**COORDENADORA GERAL DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR / UFPI**

Prof^a. Ms. Maria da Glória Duarte Ferro Silva

**COORDENADORA ADJUNTA DO PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PARFOR / UFPI**

Prof^a. Ms. Luciana Nobre de Abreu Ferreira

**COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS – LÍNGUA INGLESA E
LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA - PARFOR / UFPI**

Prof. Dr. Sebastião Alves Teixeira Lopes

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Antonia Dalva França Carvalho
Prof. Dr. Sebastião Alves Teixeira Lopes

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura Plena em Letras – Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO:

MÍNIMO: 2 anos

MÁXIMO: 3 anos

TÍTULO ACADÊMICO: Licenciado em Letras Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa

REGIME LETIVO: Semestral

TURNOS DE OFERTA: Diurno

SÍNTESE	
Total de Disciplinas (Obrigatórias e Optativas)	1.125 h
Estágio Supervisionado	210 h
TCC	60 h
TOTAL	1.395 h

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	008
1 SÍNTESE HISTÓRICA DO CURSO DE LETRAS DA UFPI	008
1.1 Considerações sobre o percurso do Projeto Político- Pedagógico do Curso de Letras - Inglês no âmbito do PARFOR	011
2 JUSTIFICATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LETRAS INGLÊS PARFOR, 2ª LICENCIATURA	013
3 DEFINIÇÃO DAS OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	015
3.1 Opções teóricas	015
3.2 Opções Metodológicas	016
3.3 Previsão de Atendimento a Estudantes Portadores de Necessidades Especiais	017
4 PROPOSTA CURRICULAR E SEUS COMPONENTES	017
4.1 Público-alvo	017
4.2 Perfil do Graduado	017
4.3 Competências	018
4.4 Princípios	019
4.5 Objetivos	020
4.5.1 Objetivo Geral	020
4.5.2 Objetivos Específicos	020
4.6 Organização da Proposta Curricular	021
4.7 O Fluxo Curricular e sua dinâmica	023
4.7.1 Fluxograma das Disciplinas	025
4.7.2 Ementas das disciplinas	026
4.7.2.1 <i>1º Período – Introdução aos conceitos linguísticos e de formação de professor de línguas</i>	026
4.7.2.2 <i>2º Período – Continuidade dos estudos de conceitos linguísticos e de formação de professor</i>	034
4.7.2.3 <i>3º Período – Continuidade dos estudos de conceitos</i>	

<i>linguísticos e de formação de professor</i>	040
4.7.2.4 4º Período – <i>Continuidade dos estudos de conceitos</i>	
<i>linguísticos, literários e de formação de professor</i>	045
4.7.3 Seminário de Introdução ao Curso	
4.7.4 Estágio Obrigatório	050
4.7.4.1 Fundamentos Legais	051
4.7.4.2 Sistemática de Operacionalização - <i>Objetivos e caracterização</i>	052
4.7.4.3 Organização Administrativa e Didático-Pedagógica	053
4.7.4.3.1 Aspectos Administrativos	054
4.7.4.3.2 Carga Horária: 210 horas-aula	054
4.7.4.3.3 Período de Realização e Duração: 3º e 4º Períodos	054
4.7.4.3.4 Campo de Estágio	054
4.7.4.3.5 Matrícula	055
4.7.4.3.6 Encaminhamento ao Campo de Estágio	055
4.7.4.4 Formas de Operacionalização	055
4.7.4.4.1 Supervisão do Estágio	055
4.7.4.4.2 Planejamento, Execução e Avaliação do Plano de Estágio	056
4.7.4.4.3 Acompanhamento, Controle e Avaliação do Estágio	057
4.7.4.4.4 Pesquisa e Extensão no Estágio obrigatório: Estágio Obrigatório	057
4.7.4.4.5 Orientações para o Estagiário	058
4.7.4.4.6 Definição dos Termos	059
4.7.5 Estágio Não Obrigatório	059
4.7.5.1 Fundamentação Legal	060
4.7.5.2 Sistemática de Operacionalização – <i>Objetivo e caracterização</i>	060
4.7.5.3 Organização Administrativa	060
4.7.5.3.1 Aspectos administrativos	060
4.7.5.3.2 Período de Realização e Duração	062
4.7.5.3.3 Campo de Estágio	062
4.7.5.4 Forma de Operacionalização	062
4.7.5.4.1 Sistemática Didático-Pedagógica	062
4.7.5.4.2 Supervisão do Estágio Não Obrigatório	063
4.7.5.4.3 Planejamento do Plano de Estágio Não Obrigatório	063

4.7.5.4.4 <i>Remuneração do Estágio Não Obrigatório</i>	063
4.7.5.4.5 <i>Direitos do Estagiário</i>	063
4.7.5.4.6 <i>Condições para Participar do Estágio Não Obrigatório</i>	064
4.7.5.4.7 <i>Orientações para o Estagiário</i>	064
4.7.6 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	064
4.8 Orientações Acadêmicas	065
4.9 Coordenação Pedagógica do Curso	065
4.9.1 Coordenação do Curso de Letras – Inglês junto ao PARFOR	065
4.9.2 - Gestão e Atribuições de Funções	065
4.10 Processo de Avaliação	066
4.10.1 Avaliação Institucional	066
4.10.2 Objetivos da Avaliação Interna da UFPI	067
4.10.3 Desenvolvimento Metodológico	068
4.10.3.1 <i>Contextualização do Objeto de Avaliação</i>	068
4.10.4 A Avaliação do Curso de Letras Inglês junto ao PARFOR	069
4.10.4.1 <i>A Avaliação da Aprendizagem no Curso de Letras Inglês</i>	069
4.11 Condições de Implementação	070
4.11.1 Processo Seletivo	070
4.11.2 Duração	070
4.11.3 Carga Horária	071
4.11.4 Estrutura Curricular	071
4.11.5 Infraestrutura	071
4.11.6 Corpo Docente	071
REFERÊNCIAS	074

Introdução

O Departamento de Letras, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, considerando os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, em especial no que diz respeito à formação continuada de profissionais da educação, propõe o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Letras, habilitação em Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte-America, 2ª Licenciatura, presencial, a ser implantado no âmbito do Plano Nacional de Formação de professores (PARFOR).

Os Cursos de Letras foram fundamentados numa perspectiva histórico-cultural, com o objetivo de construir uma visão de língua mais ampla, não somente como um fenômeno linguístico, mas como uma ferramenta que possibilite o engajamento discursivo de seus usuários, concebendo a linguagem como um ato ou prática social.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem o presente PPP foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam o processo de constituição das línguas, dos textos, dos discursos e dos sujeitos que os utilizam, sempre articulando a teoria à prática, de acordo com as novas diretrizes da educação nacional.

1 Síntese histórica do Curso de Letras da UFPI

“A história do Curso de Letras, no Piauí, se inicia com a criação da Sociedade Piauiense de Cultura [em 29 de maio de 1957], órgão idealizado por D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Teresina” [que] “objetivava, dentre outras atividades, à instalação de cursos de Ensino Superior no Estado, [de modo que], em cumprimento à meta proposta, foi criada a Faculdade de Filosofia do Piauí, em 16 de junho de 1957” (RÊGO e MAGALHÃES, 1991, p. 17).

A isso se seguiram, cronologicamente, os seguintes eventos:

- a) Envio, por seu primeiro diretor, prof. Clemente Honório Parentes Fortes, de solicitação de funcionamento da FAFI ao MEC, em julho de 1957

(outro seu diretor foi, por impedimento do titular, o professor Raimundo José Airemoraes Soares);

b) Leitura, em 5 de fevereiro de 1969 e aprovação no dia 10, do Parecer 03/1958, da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, que autorizou o funcionamento da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí;

c) Autorização, via Decreto no. 43.402, de 18 de fevereiro de 1968, publicada no DOU do dia 20, do funcionamento da Faculdade, cujo conhecimento à sua Diretoria se deu por telegrama do diretor de Ensino Superior do MEC, em 24 de março de 1957;

d) Ingresso da primeira turma de Bacharelado em Letras Neolatinas, após concurso de habilitação realizado entre 31 de março e 2 de abril de 1958, com aprovação de doze candidatos;

e) Instalação oficial da FAFI, em 7 de abril de 1958, no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, com aula inaugural proferida pelo prof. Clemente Honório Parentes Fortes;

f) Início das atividades da Faculdade (cujos professores, aliás voluntários, recebiam remuneração simbólica), com três cursos de bacharelado: Letras Neolatinas, Filosofia e Geografia/História, sendo que, nesse começo, licenciaram-se professores em Português e em até três de quatro habilitações: Francês, Espanhol, Italiano, Latim e Literaturas correspondentes;

g) Formatura, em dezembro de 1960, da primeira turma (denominada Dom Avelar Brandão Vilela) de Bacharéis em Letras Neolatinas pela FAFI;

h) Oferta, em 1963, aos bacharelados em Letras da primeira turma, a de 1960, do Curso de Didática, que lhes garantiu, também, o licenciamento, devido à reforma curricular de 1962, em conformidade com a qual “alguns Cursos de Letras incluíram as disciplinas pedagógicas do antigo Curso de Didática nos seus currículos, transformando-os em Licenciaturas” (RÊGO e MAGALHÃES, 1991, p. 21);

i) Orientação proposta pela reforma curricular de 1962, seguida pela FAFI, fez com que o Curso de Letras ficasse, mesmo após sua efetiva transferência para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), com a habilitação

em Português e Literaturas de Língua Portuguesa, surgindo depois as em Inglês e Francês, com as respectivas Literaturas, que perduram até hoje;

- j) Reconhecimento dos cursos criados pela FAFI em 1958 se deu em 23 de julho de 1964, via Decreto 54.038/1964;
- k) Reconhecimento, via Lei 2.877, de 6 de junho de 1968, publicada no DOE do dia 7, da FAFI como entidade de utilidade pública;
- l) Transferência legal do Curso de Licenciatura em Letras da FAFI para a UFPI, em 1971, com a criação do Departamento de Letras no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL);
- m) Transferência efetiva do Curso de Letras da FAFI para a UFPI, em 1972;
- n) Extinção da FAFI, em 1972, devido à transferência efetiva de seus cursos para a UFPI.

Na UFPI, o Curso de Licenciatura Plena em Letras ficou sob a gestão do Departamento de Letras, órgão acadêmico-administrativo até hoje integrante do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), cujo primeiro chefe foi a professora Maria de Lourdes Leal Nunes de Andrade Brandão, tendo as atividades iniciadas em 1973, com habilitação apenas em Português e Literaturas de Língua Portuguesa. Outros momentos históricos do Curso de Letras, já na UFPI, foram, em ordem cronológica:

- a) Implantação da habilitação em Inglês e literatura correspondente e da habilitação em Francês e literatura correspondente;
- b) Implantação oficial, em 1985, em cumprimento à Resolução 014/85 do CPEx, que institucionalizou as Coordenações de Cursos na UFPI, da Coordenação do Curso de Letras;
- c) Implantação, em 1987, do Curso de Especialização em Língua Portuguesa, de natureza pública e gratuita;
- d) Implantação, em 2004, do Curso de Mestrado Acadêmico em Letras, com áreas de concentração em Estudos Linguísticos e Estudos Literários e linhas de pesquisa em Literatura, Cultura e Sociedade e Sociedade, Linguagem e Discurso: Análise e Variação;

- e) Previsão, na nova proposta pedagógico-curricular, da implantação da habilitação em Espanhol e Literaturas em Língua Espanhola.

O atual Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras da UFPI tem, à disposição do alunado, já para escolha no exame pré-vestibular, a oferta das seguintes habilitações:

- a) Língua Portuguesa e Literaturas em Língua Portuguesa;
- b) Língua Inglesa e Literaturas em Língua Inglesa;
- c) Língua Francesa e Literaturas em Língua Francesa.

1.1 Considerações sobre o percurso do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Letras - Inglês no âmbito do PARFOR

Na verdade mais uma ideia que cotidianamente se pratica que uma proposta efetiva, o antigo projeto político-pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras da UFPI, em suas diversas habilitações, envelheceu, levando a sua reformulação ocorrida em 2010. Alguns fatos relevantes contribuíram para essa obsolescência, entre os quais se destacam:

- a) A promulgação da Constituição Federal de 1988;
- b) A promulgação da Constituição Estadual do Piauí de 1989;
- c) A edição da LDB de 1996;
- d) A edição dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) do Ensino Fundamental de 1998;
- e) A edição dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) do Ensino Médio de 2000;
- f) A homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras de 2002;
- g) A homologação das diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica de 2002;
- h) A incorporação de novos ramos do conhecimento, como, por exemplo, a expansão da Linguística Aplicada e o estudo de literaturas de expressão em Língua Inglesa que não a Anglo-Americana.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras – Inglês, reformulado em 2010, serve de base para a elaboração de um Projeto Político Pedagógico para o Curso de Letras – Inglês no âmbito do PARFOR, 1ª Licenciatura, presencial, que se encontra em tramitação desde 2010 nas diversas instâncias da UFPI. A implantação do Curso de Letras – Inglês no âmbito do PARFOR deve-se, em especial, por conta de:

- a) Implantação da política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica, conforme Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009;
- b) Estabelecimento de Diretrizes Operacionais para a implantação do Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública a ser coordenado pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de Educação Superior, conforme resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, MEC/Conselho Nacional de Educação;
- c) Estabelecimento das orientações e diretrizes para concessão e pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a docentes dos cursos especiais presenciais de primeira e segunda licenciatura e de formação pedagógica do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), ministrados por instituições de educação superior (IES) sob coordenação da CAPES, a serem pagas pelo FNDE, conforme Resolução CD/FNDE nº 13 de 20 de maio de 2010; e

O Projeto Político Pedagógico para o Curso de Letras – Inglês no âmbito do PARFOR, 1ª Licenciatura, presencial, por sua vez, serve de referência para a elaboração do presente Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras – Inglês, 2ª Licenciatura, presencial, observando-se a resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, MEC/Conselho Nacional de Educação.

O resultado é este Projeto Político-pedagógico que ora se entrega à comunidade, na esperança de que se tenha, na UFPI, um Curso de Licenciatura Plena em Letras que, em todas as suas habilitações, contribua decisivamente para o aprimoramento das dimensões: ética, política e técnico-profissionais dos seus egressos, aberto sempre a modificações atualizadoras e a correções de rotas que porventura se revelem equivocadas.

A proposta de Projeto Político Pedagógico específico para o Curso de Letras – Inglês resulta, portanto, de uma adaptação do PPP do Curso de Letras – Inglês reformulado pelo Departamento de Letras em 2010 para a realidade do PARFOR, 1ª Licenciatura, presencial. A presente proposta de Projeto Político Pedagógico para o Curso de Letras – Inglês, 2ª Licenciatura, presencial, no âmbito do PARFOR, por sua vez, resulta de uma adaptação do PPP do Curso de Letras – Inglês, 1ª Licenciatura, para a 2ª Licenciatura, no âmbito do PARFOR. A reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Letras – Inglês, realizada pelo Departamento de Letras da UFPI em 2010, contou com a participação dos professores Ms. Airton Sampaio de Araújo, Ms. Ana Claudia Oliveira Silva, Dr^a. Antonia Dalva França Carvalho, Dr^a. Beatriz Gama Rodrigues, Ms. Francisco Wellington Borges Gomes, Ms. Jasmine Soares Ribeiro Malta, Esp. Juliana Castelo Branco Paz da Silva e Dr. Kilpatrick Muller Campelo. As adaptações para o PARFOR, cursos de 1ª e 2ª Licenciaturas, foram realizadas pelo Professor Dr. Sebastião Alves Teixeira Lopes, com acessória da professora Dr^a. Antonia Dalva França Carvalho, da Coordenação de Currículo-UFPI.

2 JUSTIFICATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE LETRAS INGLÊS PARFOR, 2ª LICENCIATURA

O Curso de Letras Inglês PARFOR, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, constitui-se de uma base formada por conhecimentos linguísticos e culturais que se interrelacionam com o fenômeno educativo, compreendendo a linguagem como uma ferramenta de comunicação e de participação social, promovendo o desenvolvimento de cidadãos críticos e reflexivos. Espera-se poder trabalhar questões educacionais de acordo com a realidade do Estado do Piauí, a fim de oferecer meios para qualificar o futuro professor de Língua Inglesa e suas Literaturas com novas formas de intervenções pela aplicação de novas ferramentas metodológicas.

A implantação do Curso Superior em Letras PARFOR, em primeiro lugar, visa a contribuir para o cumprimento do papel constitucional de prover ensino público de qualidade para a população em geral, com vistas a atender, de forma eficiente, às demandas de qualificação profissional de um mercado de trabalho progressivamente

exigente. Com base nesse princípio norteador o curso atenderá à carência de profissionais habilitados em ensino de língua inglesa.

Os egressos de um curso de Letras Inglês PARFOR preencherão as insuficiências de profissionais devidamente habilitados e capacitados para atuar nas redes municipal, estadual e particular de ensino no estado do Piauí, prestando um serviço educacional com bases formadoras vindas do ensino superior, com a qualidade proporcionada por uma graduação da Universidade Federal do Piauí.

O Curso de Letras Inglês PARFOR foi fundamentado numa perspectiva histórico-cultural, tendo como eixo articulador a interdisciplinaridade, com o objetivo de construir uma visão de língua estrangeira mais ampla, não somente como um fenômeno linguístico, mas como uma ferramenta que possibilite o engajamento discursivo de seus usuários, concebendo a linguagem como um ato ou prática social.

As disciplinas específicas e de formação de professores que constituem o Currículo foram pensadas a fim de que os graduandos compreendam o processo de constituição das línguas, dos textos, dos discursos e dos sujeitos que os utilizam, sempre articulando a teoria à prática.

O curso de Letras Inglês PARFOR assume assim um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira, em especial, da sociedade piauiense, cujos índices de analfabetismo são alarmantes (vide os dados obtidos por intermédio da secretaria de educação e do IBGE¹, em que a região Nordeste tem o maior percentual, 29.4%, de população iletrada). Acredita-se que o processo ensino-aprendizagem de língua inglesa, principalmente em relação à competência leitora, pode auxiliar a reduzir esses dados tão alarmantes, ao oferecer caminhos para que os alunos desenvolvam estratégias de leitura, aumentando, assim, seu letramento e permitindo que a visão de mundo seja ampliada. Desta forma, o curso de Letras Inglês poderá ajudar a formar cidadãos mais conscientes e aptos a lidar com diferentes linguagens, interagindo de várias formas com diferentes textos e pessoas.

Dessa maneira, um letramento básico bem sedimentado permitirá suplantar a

¹ Os dados podem ser localizados em < <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pi> >. Acesso em 24 de setembro de 2008.

carência de mão-de-obra qualificada para as mais diversas áreas de atuação profissional. Isso posto, torna-se irretorquível o caráter estratégico do curso de Letras e a necessidade premente da formação de profissionais qualificados nessa área.

Em conformidade com a resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, do MEC/Conselho Nacional de Educação, o Curso de Letras – Inglês, 2ª Licenciatura, destina-se aos professores em exercício na educação básica pública há pelo menos 3 (três) anos em área distinta da sua formação inicial.

3 DEFINIÇÃO DAS OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A opções teórico-metodológicas deste curso seguem as seguintes diretrizes:

- trabalho pedagógico com foco na formação de professores, mediado pelas manifestações culturais, fundamentado na realidade educativa da escola e na construção coletiva e interdisciplinar do conhecimento profissional, como forma de favorecer a gestão democrática no exercício da docência;
- sólida formação teórico-metodológica, em todas as atividades curriculares, permitindo a construção da autonomia docente;
- pesquisa, a fim de permitir apreciar consistentemente todas as dimensões educacionais, investigando o cotidiano escolar e social;
- desenvolvimento de habilidades comunicativas, tendo a relação dialética professor/aluno como norteadora do trabalho pedagógico.

Os princípios que sustentarão a formação e o perfil do Licenciado em Letras Inglês são demarcados pelas seguintes opções teórico-metodológicas.

3.1 Opções teóricas

Estas opções são delimitadas pelas dimensões epistemológicas e profissionalizantes:

- dimensão epistemológica: refere-se à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas voltadas à aprendizagem de conteúdos

linguísticos, culturais e literários, a fim de oferecer subsídios aos alunos para se tornarem professores de Língua Inglesa no Ensino Fundamental e Ensino Médio;

- dimensão profissionalizante: diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer docente em todas as suas dimensões, inclusive ética e política.

Tendo em vista essas duas dimensões, o currículo do Curso de Letras Inglês sustenta-se em dois grandes núcleos de estudos, a saber:

- Núcleo de Estudos Linguísticos, Culturais e Literários, relacionado ao desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos, culturais e literários devem fundar-se na percepção da língua e das literaturas como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos professores de línguas, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

- Núcleo de Estudos de Formação de Professores de Língua Inglesa do Ensino Fundamental e Ensino Médio, que diz respeito à compreensão do processo de ensino-aprendizagem em contextos diversos.

3.2 Opções Metodológicas

Compreendendo que o currículo do curso deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais, particulares e históricas, espera-se que o aluno perceba o processo de apropriação do conhecimento como resultado da atividade humana, num contexto determinado, histórico-social e culturalmente dinâmico. Esse processo de construção do conhecimento se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura.

Dada a natureza do curso, a metodologia a ser adotada visa à construção de uma prática embasada nos fundamentos teórico-práticos, orientada numa perspectiva crítica em que ação-reflexão-ação deve possibilitar uma ação docente comprometida com a formação sócio-político-cultural e ética. Isso implica que estes profissionais, responsáveis pela educação de uma clientela menos favorecida

economicamente presente na escola pública, estarão guiados pela compreensão de que diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação profissional e, da mesma forma, estarão conscientes de seu papel de efetuar uma práxis pedagógica crítico-emancipatória em favor desta clientela.

3.3 Previsão de Atendimento a Estudantes Portadores de Necessidades Especiais

Em virtude do Decreto Nº 5622, de 19 de dezembro de 2005, o Curso de Letras Inglês promoverá ao estudante portador de necessidades especiais atendimento apropriado conforme sua necessidade. A idéia é viabilizar a integração e acesso dos alunos portadores de necessidades especiais aos equipamentos e conteúdos envolvidos no seu desenvolvimento cognitivo.

4 PROPOSTA CURRICULAR E SEUS COMPONENTES

4.1 Público-alvo

Professores da rede pública que já possuam uma formação inicial, que atuem no ensino de Língua Inglesa e que tenham concluído o Ensino Médio.

4.2 Perfil do Graduado

Conforme as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras², o graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Espera-se que, a partir dessa formação acadêmica, os graduados se tornem profissionais que, além da base específica consolidada, estejam aptos a atuar,

² BRASIL. 2001. Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em <www.mec.gov.br/cne/pdf/CES182002.pdf>. Acesso em set. de 2008.

interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverão ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. Os profissionais de Letras deverão, ainda, estar comprometidos com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente, deverão ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

Desta forma, desses profissionais, espera-se também a capacidade de (re)construir seu projeto pessoal e profissional a partir da compreensão da realidade histórica e de sua identidade profissional, distinguindo-se e posicionando-se diante das políticas que direcionam as práticas educativas na sociedade. Sabemos que esse processo de (re)construção pode e deverá se desenvolver no decorrer do curso, mas não necessariamente se inicia nesse momento nem, tampouco, nele se encerra, pois é essencial que se estenda por meio da formação continuada.

4.3 Competências

Visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar, possivelmente, como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua inglesa, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;

- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

Observando o que as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras estabelecem, no curso de Letras Inglês, os futuros professores serão orientados para desenvolverem ao máximo as competências supracitadas, com o objetivo de promover a reflexão crítica permanente sobre sua prática docente, tendo em vista a realidade educacional em que estiverem inseridos. Espera-se que esses professores compreendam que para exercerem seu ofício não precisam somente aprender a língua inglesa, mas também precisam desenvolver as competências relacionadas ao ser professor.

4.4 Princípios

Nos últimos anos, as políticas educacionais brasileiras passaram por um conjunto de reformas que colocou em destaque as propostas curriculares de formação docente. Uma série de regulamentações no âmbito do legislativo³, intensificadas no período de 1999 a 2001, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, objetiva garantir a qualidade da formação docente, com o objetivo de promover a melhora do sistema educacional público no País.

Assim, claramente, os documentos ministeriais expõem a necessidade de cursos de formação de professores a fim de mobilizar múltiplos recursos, entre os quais os conhecimentos teóricos e experienciais da vida profissional e pessoal, para responder às diferentes demandas das situações vivenciadas na docência. Para isso, as disciplinas pedagógicas que constituem o Currículo da proposta do Curso de Letras Inglês trazem conhecimentos das ciências humanas que se inter-relacionam

³ Brasil. Referenciais para a Formação de Professores – RFP. MEC/SEF, 1999; o Projeto de Estruturação do Curso Normal Superior – PECNS (Brasil, MEC, 2000) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica – DCN (Brasil, MEC/CNE, 2001).

com o fenômeno educativo e aspectos teórico-metodológicos relacionados ao fazer docente.

Os princípios do currículo do curso de Letras Inglês são decorrentes das dimensões epistemológica e metodológica do curso, que privilegiam uma abordagem teórico-prática dos conteúdos trabalhados.

A adoção desses princípios implica uma dinâmica curricular com a incorporação no processo de formação acadêmica do desenvolvimento da autonomia e da compreensão de que a aprendizagem de línguas ocorre através de troca de experiências. Propõe-se que os alunos realizem atividades de produção textual, nas quais eles interajam com seus colegas e professores de diversas maneiras.

4.5 Objetivos

4.5.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do curso de Letras Inglês se fundamenta em formar professores interculturalmente competentes, com espírito crítico e científico, aptos para o magistério, conscientes da necessidade de buscar sua formação continuamente e desejosos de participar ativamente do aprimoramento da qualidade do processo de ensino-aprendizagem da língua inglesa nas escolas de Educação Básica.

4.5.2 Objetivos Específicos

- a. Contribuir para definição e implementação de uma política de desenvolvimento pessoal e profissional dos professores de língua inglesa no Ensino Fundamental e no Médio.
- b. Proporcionar as condições teórico-prático-reflexivas para que o professor de língua inglesa compreenda sua práxis, buscando reconstruí-la continuamente, visando à melhoria da qualidade da educação e do ensino.
- c. Desenvolver estudos e pesquisas sobre a prática pedagógica vivenciada na escola, visando à compreensão e reflexão sobre o cotidiano escolar, priorizando a educação básica no contexto da escola pública.

- d. Resgatar a relação técnico-ético-política subjacente à prática docente, considerando potencialidades e limitações da ação pedagógica desenvolvida nas Escolas Públicas.
- e. Garantir, no processo de formação, a transversalidade na abordagem teórico-metodológica da ação docente.
- f. Instigar e promover o espírito empreendedor e competitivo no ambiente escolar com vistas a criar uma cultura de livre iniciativa.
- g. Cultivar o interesse pela interdisciplinaridade e pelas novas tecnologias com vistas a criar uma cultura tecnológica no estado progressivamente.

4.6 Organização da Proposta Curricular

O currículo do Curso de Letras Inglês tem como pressuposto a concepção de educação contínua e permanente que possa ser oferecida pelas instituições educativas de forma aberta, sem restrições, exclusões ou privilégios.

Desta forma, foi organizado a partir de duas grandes áreas:

- Núcleo de Estudos Linguísticos, Culturais e Literários.
- Núcleo de Estudos de Formação de Professores de Língua Inglesa do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesta perspectiva, estes dois núcleos são essenciais ao Curso de Graduação em Letras Inglês, uma vez que englobam a formação acadêmica e profissional de professores de língua inglesa no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O Curso de Graduação em Letras Inglês, 2ª Licenciatura, tem sua integralização proposta em 1.395 horas/aula, conforme estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9.394/96), pela Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002, que institui as diretrizes curriculares para o curso de letras, e pela Resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, do MEC/Conselho Nacional de Educação, que estabelece diretrizes operacionais para a implantação do programa emergencial de segunda licenciatura para professores em exercício na educação básica pública a ser coordenado pelo mec em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizado por instituições públicas de educação superior, permitindo a diplomação dos estudantes, após o cumprimento das exigências da presente proposta curricular, com prazo mínimo de dois anos.

A proposta curricular está dividida em áreas, distribuídas em 02 (dois) grandes núcleos. De acordo com a concepção curricular, as áreas se interconectam de forma que, em cada uma, o estudante tenha contato com as diferentes abordagens curriculares, privilegiando as diferentes formações.

A organização curricular deste curso terá a seguinte estrutura:

- Períodos semestrais;
- Período de duração mínima do curso de dois anos.

Cabe destacar que os pressupostos metodológicos estão sustentados pelos seguintes argumentos:

- Oferecer uma formação interdisciplinar na medida em que trabalhará as distintas áreas de conhecimento;
- Identificar recortes teórico-metodológicos das áreas, levando-se em conta os conceitos de Autonomia, Reflexão, Investigação e Trabalho Cooperativo;
- Relacionar Teoria e Prática, Estrutura Dialógica, Interatividade, Flexibilidade, Capacidade Crítica, Inter e Transdisciplinaridade.

A dinâmica adotada para a aplicação dos períodos será a mesma para todos os semestres organizados da seguinte forma:

- Cada ano é composto de dois períodos, sendo um por semestre. Cada período terá, aproximadamente, 360 (trezentas e sessenta) horas, totalizando aproximadamente 720 horas por ano, sendo que nos dois últimos semestres serão integralizadas as horas correspondentes ao Estágio Obrigatório.

4.7 O Fluxo Curricular e sua dinâmica

INTEGRAÇÃO CURRICULAR – 1.395 horas - DURAÇÃO: 2 anos

Blocos	Núcleo	Disciplinas	Carga Horária	Créditos	Pré-requisito(s)
I 1º Semestre Introdução aos conceitos linguísticos e de formação de professor de línguas	NC	SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO	15h	1.0.0	-
	NC	FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA	30h	1.1.0	-
	NE	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA I	90h	4.2.0	-
	NE	LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS	30h	1.1.0	-
	NC	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO	45h	2.1.0	-
	NC	FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	60h	3.1.0	-
	NC	FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	45h	2.1.0	-
	TOTAL DO BLOCO			315h	14.7.0

II 2º Semestre Continuidade dos conceitos linguísticos e de formação de professor de línguas; início dos estudos literários gerais.	NE	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA II	90h	4.2.0	-
	NE	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	60h	3.1.0	-
	NE	TEORIA DA LITERATURA I	60h	4.0.0	-
	NE	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	30h	1.1.0	-
	NC	GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO	45h	2.1.0	-
	NC	DIDÁTICA	45h	2.1.0	-
	NC	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	30h	1.1.0	-
	TOTAL DO BLOCO			360	17.7.0

III 3º. Semestre Continuidade dos estudos de conceitos linguísticos e de formação do professor; início dos estudos culturais	NE	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA III	90h	4.2.0	-
	NE	LEITURA E ESCRITA EM LÍNGUA INGLESA: GÊNERO E DIVERSIDADE CULTURAL	45h	2.1.0	-
	NE	MORFOLOGIA E SINTAXE DA LÍNGUA INGLESA	60h	2.2.0	-
	TCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	30h	1.1.0	-
	ES	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I	90h	0.0.6	-
	NC	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	45h	2.1.0	-
	TOTAL DO BLOCO			360	11.7.6

IV 4º Semestre Continuidade dos estudos de conceitos linguísticos, de formação de professores e dos estudos culturais	NE	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA IV	90h	4.2.0	-
	NE	LITERATURA ANGLO-AMERICANA	90h	6.0.0	-
	TCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	30h	1.1.0	-
	NC	ÉTICA E MEIO AMBIENTE	30h	1.1.0	-
	ES	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II	120h	0.0.8	-
				360h	12.4.8

SÍNTESE	
Total de Disciplinas (Obrigatórias e Optativas)	1.125 h
Estágio Supervisionado	210 h
TCC	60 h
TOTAL	1.395 h

4.7.1 Fluxograma das Disciplinas do Curso de Letras - Habilitação em Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa, 2ª Licenciatura - PARFOR

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO 15h 1.0.0	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA II 90 4.2.0	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA III 90 4.2.0	HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA IV 90 4.2.0
FUNDAMENTOS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA 30 1.1.0	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA 30 1.1.0	LEITURA E ESCRITA EM LÍNGUA INGLESA: GÊNERO E DIVERSIDADE CULTURAL 45 2.1.0	LITERATURA ANGLO-AMERICANA 90 6.0.0
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS 30 1.1.0	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS 60 3.1.0	MORFOLOGIA E SINTAXE DA LÍNGUA INGLESA 60 2.2.0	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II 30 1.1.0
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO 45 2.1.0	TEORIA DA LITERATURA I 60 4.0.0	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) 45 2.1.0	ÉTICA E MEIO AMBIENTE 30 1.1.0
FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO 60 3.1.0	GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO 45 2.1.0	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I 30 1.1.0	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II 120 0.0.8
FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO 45 2.1.0	DIDÁTICA 45 2.1.0	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I 90 0.0.6	
HABILIDADES INTEGRADAS EM LÍNGUA INGLESA I 90 4.2.0	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 30 1.1.0		

Carga Horária total do Curso: 1.395h

Total de créditos: 93

4.7.2 Ementas das disciplinas

4.7.2.1 1º. Período – Introdução aos conceitos linguísticos e de formação de professor de línguas

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 15h	CRÉDITOS 1.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA Currículo do Curso de Graduação em Letras Inglês e Literaturas de Língua Inglesa. Instâncias da UFPI e suas competências.		
REFERÊNCIAS Regimento Geral da UFPI. Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras Inglês e Literaturas de Língua Inglesa.		

DISCIPLINA: Fundamentos de Metodologia Científica		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Filosofia		
CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA As técnicas e modalidades de registros das leituras filosófica e científica: esquema, resumo e resenha; normalização dos trabalhos científicos; os problemas metodológicos do conhecimento: bom senso, científico e filosófico; formas de produção do conhecimento: pesquisa bibliográfica, monografia e artigo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro. <i>Metodologia científica</i> . 4 ed. São Paulo, SP: Makron Books, 2004. MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília Santos. <i>Resenha</i> . 2. ed. São Paulo:Parábola Editorial, 2004. MEDEIROS, João Bosco. <i>Redação científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas</i> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.		

MEDEIROS, João Bosco; ANDRADE, Maria Margarida de. *Manual de elaboração de referências bibliográficas*. São Paulo: Atlas, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia científica*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Israel Belo de. *O prazer da produção científica*: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos. 11 ed. São Paulo: Hagnos, 2001.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1987.

RAMPAZZO, Lino. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

DISCIPLINA: Leitura e Produção de Textos		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA: Leitura e compreensão de textos. Processo de criação do texto escrito. Descrição. Narração. Dissertação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CEREJA, William, COCHAR, Thereza, CLETO, Ciley. <i>Interpretação de textos</i> : construído competências e habilidades de leitura. São Paulo: Atual, 2009. CHALHUB, Samira. <i>Funções da linguagem</i> . 11 ed. São Paulo: Ática, 2003 (Série Princípios). EMEDIATO, Wander. <i>A fórmula do texto</i> : redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editorial, 2008. FREIRE, Paulo. <i>A importância do ato de ler</i> . em três artigos que se completam. 50 ed. São Paulo: Cortez, 2009. GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Sílvia; IVAMOTO, Regina. <i>O texto sem mistério</i> : leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009 (Ática Universidade). INFANTE, Ulisses. <i>Do texto ao texto</i> : curso prático de leitura e redação. São Paulo: Scipione, 1991. KOCH, Ingedore Villaça, ELIAS, Vanda Maria. <i>Ler e compreender</i> : os sentidos do texto.		

São Paulo: Contexto, 2006.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 2 ed. São Paulo: Ática, [s/d].

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos; 74).

PERISSÉ, Gabriel. *Elogio da leitura*. Barueri, SP: Manole, 2005.

PIGNATARI, Nínive. *Como escrever textos dissertativos*. São Paulo: Ática, 2010.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Paródia, paráfrase & cia*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1988 (Série Princípios).

SILVA, Ezequiel Teodoro da. *Criticidade e leitura: ensaios*. 2 ed. São Paulo: Global, 2009.

SMOLKA, Ana Luíza B. et. al. *Leitura e desenvolvimento da linguagem*. 2 ed. São Paulo: Global, 2010 (Coleção Leitura e Formação)

VIANA, Antônio Carlos et. all. *Roteiro de redação: lendo e argumentando*. São Paulo: Scipione, 2006.

ZILBERMAN, Regina & RÖSING, Tania. M. K. (organizadoras) *Escola e leitura: velha crise, novas alternativas*. São Paulo: Global, 2009 (Coleção Leitura e Formação).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, Hildebrando A. de. *Curso de redação: técnicas de redação, análise estilístico-interpretativa, literatura brasileira*. 3 ed. São Paulo: Moderna, 1988.

FALSTICH, E. L. J. *Como ler, entender e redigir um texto*. Petrópolis : Vozes, 1980.

FARACO, Carlos Alberto e MANDARIK, Davi. *Prática de redação para estudantes universitários*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão. *Prática de textos: língua portuguesa para nossos estudantes*. Petrópolis: Vozes, 1992.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. *Português instrumental*. 19 ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

DISCIPLINA: Fundamentos Históricos e Legais da Educação		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
CH 45h	CRÉDITOS 2.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p>EMENTA:</p> <p>História da educação brasileira e piauiense (colônia, império e república): contextualização nos aspectos sócio-político-econômico-culturais. Problemas e perspectivas da Educação Brasileira na contemporaneidade. A dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. A Educação Básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96).</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>AZEVEDO, F. de. <i>A transmissão da cultura, parte 3</i>, 5ª ed. A Cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1978.</p> <p>BRASIL. Constituição (1988). <i>Constituição da República Federativa do Brasil</i>. promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).</p> <p>BREZENZISKI, I. <i>LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam</i>. São Paulo: Cortez, 1997.</p> <p>HILSDORF, M.L.S. <i>História da educação brasileira: leituras</i>. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p> <p>RIBEIRO, M.L.S. <i>História da educação brasileira: a organização escolar</i>. 12ª ed. São Paulo, SP: Cortez Editoras/Autores Associados, 1992.</p> <p>SAVIANI, D. <i>História das Ideias Pedagógicas no Brasil</i>. Campinas: Autores Associados, 2007.</p> <p>VEIGA, C. G. <i>História da Educação</i>. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>SOUZA, R.F. <i>História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no século XX</i> (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>FERRO, M. do A.B. <i>Educação e Sociedade no Piauí Republicano</i>. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.</p> <p>OLIVEIRA, R.P.; ADRIÃO, T. (Orgs). <i>Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB</i>. São Paulo: Xamã, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ARANHA, M.L. de A. <i>A história da educação</i>. São Paulo: Moderna, 1989.</p> <p>BUFFA, E.; NOSELLA, P. <i>A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira</i></p>		

contemporânea. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

CARVALHO, M. M. C. de. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CURY, C.R.J. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 4ª ed. São Paulo, SP: Cortez Editora/Autores Associados, 1988.

CUNHA, L.A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

DI GIORGI, C. *Escola Nova*. 3ª ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1992.

QUEIROZ, T. *Educação no Piauí*. Imperatriz: Ética, 2008.

FARIA FILHO, L. M. de (Org.). *Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes*. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

SOUSA, S.Z.L.; PRIETO, R.G. Educação especial. In: OLIVEIRA, R.P.; ADRIÃO, T. (Orgs). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2002.

DISCIPLINA: Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação		CÓDIGO
DEPARTAMENTO:		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITOS:
<p>EMENTA:</p> <p>O campo da Sociologia da Educação. A escola e os sistemas de ensino nas sociedades contemporâneas. O campo educativo: sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos. Filosofia e Filosofia da Educação. Concepções de Educação. As teorias e práticas educativas e suas dimensões ético-política e estética. A dimensão teleológica da práxis educativa.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ARANHA, M. L. de A. <i>Filosofia da educação</i>. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1996.</p> <p>BAUDELLOT, C. A sociologia da educação: para que? In: <i>Teoria & Educação</i>. Porto Alegre, n. 3, p. 29 – 42, 1991</p> <p>BRANDÃO, C. R. <i>O que é educação</i>. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>BRITO, E. F. de; CHANG, L. H. (Orgs.). <i>Filosofia e método</i>. São Paulo.: Loyola, 2002.</p> <p>BULCÃO, E.B.M. <i>Bachelard: pedagogia da razão, pedagogia da imaginação</i>. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>CHAUÍ, M. <i>Convite à filosofia</i>. São Paulo: Ática, 1994.</p> <p>CUNHA, L. A. <i>A educação na sociologia: um objeto rejeitado?</i> In: <i>Cadernos CEDES</i>, n. 27, p. 9-22, 1992.</p> <p>CUNHA, L. A. <i>Reflexões sobre as condições sociais de produção da sociologia da educação</i>.</p>		

primeiras aproximações. *In: Tempo Social*. São Paulo, n. 1-2, p. 169 – 182, 1994.

CUNHA, M. V. *John Dewey: uma filosofia para educadores em sala de aula*. Petrópolis (RJ): Petrópolis, 1994.

DANDURAND, P.; OLLivier, É. *Os paradigmas perdidos: ensaio sobre a sociologia da educação e seu objeto*. *In: Teoria & Educação*. Porto Alegre, n. 3, p. 120 – 142, 1991

DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 14, 1992. DICIONÁRIOS de filosofia.

ENGUITA, M. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ESTEVES, A.J.; STOER, S.R. *A sociologia na escola: professores, educação e desenvolvimento*. Lisboa, Afrontamento, 1992.

FAYE, J. P. *O que é a filosofia?* Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GÓMEZ, A. I. P. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HEGEL, G. W. F. *Discursos sobre educação*. Lisboa: Colibri, 1994.

IMBERNÓN, F. *A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

MENDONÇA, A.W.; BRANDÃO, Z. (Orgs.). *Por que não lemos Anísio Teixeira?: uma tradição esquecida*. Rio de Janeiro: Ravil, 1997.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos de educação*. 4ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

NOGUEIRA, M.A.; NOGUEIRA, C.M.M. *Bourdieu & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. (Org.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. 4ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

PETITAT, A. *Produção da escola; produção da sociedade*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

DISCIPLINA: Fundamentos Psicológicos da Educação		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
CH 45h	CRÉDITOS 2.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -

EMENTA

A ciência psicológica. A constituição da subjetividade. Desenvolvimento e aprendizagem. Transtornos e dificuldades de aprendizagem

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMIRALIAN, M.L.T. *Psicologia do excepcional*. São Paulo: EP, 1996.

ARÍES, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1996.

BOCK, A. M. B. et al. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. *Psicologia sócio-histórica*. São Paulo-SP: Cortez, 2001.

BRAGHIROLI, E. M. et al. *Psicologia Geral*. 20ª ed. Petrópolis-RJ: Voz, 2001

CASTORINA, J. A. et al. *Piaget e Vygotsky: novas contribuições para o debate*. São Paulo: Ática, 1996.

COLL, C. et al. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia e educação*. Trad. Angélica Mello Alves, Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia e evolutiva*. Trad. Angélica Mello Alves, Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. *Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Trad. Angélica Mello Alves, Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COUTINHO, M. T. da C.; MOREIRA, M. *Psicologia Educacional: um estudo dos processos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltados para a educação; ênfase na abordagem construtivista*. 3ª ed. Belo Horizonte-MG: LÊ, 1993.

DAVIDOFF, L.L. *Introdução à Psicologia*. Trad. Lenke Perez. 3ª ed. São Paulo-SP: Makron Books, 2001.

FERREIRA, M. e SANTOS, M. R. dos. *Aprender e ensinar, ensinar e aprender*. Porto: Afrontamento, 1996.

FONTANA, R; CRUZ, N. *Psicologia e trabalho pedagógico*. São Paulo: Atual, 1997.

GOMES, M. de F. C. *Relação entre desenvolvimento e aprendizagem: consequências em sala de aula*. In: *Presença Pedagógica*. V. 8. nº 45. p. 37-49.

GOULART, I. B. *Psicologia da Educação – fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica*. 2ª ed. Petrópolis-RJ. Vozes, 1989.

_____. *Fundamentos psicológicos da educação*. Belo Horizonte-MG: LÊ, 1982.

JOSÉ, E. de A.; COELHO, M.T. *Problemas de aprendizagem*. São Paulo: Ática, 1996.

MOOL, L. *Vygotsky e a educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MOREIRA, M. A. *Teorias de Aprendizagem*. São Paulo-SP: EPU, 1999.

_____. *Ensino e aprendizagem: enfoques teóricos*. São Paulo-SP: Moraes, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NYE, R. D. *Três psicologias – Idéias de Freud, Skinner e Rogers*. Trad. Robert Brian Taylor. São Paulo-SP: Pioneira, 2002.

NUNES. T. BARBOSA, L. e BRYANT, P. *Dificuldades na aprendizagem da leitura: teoria e prática*. São Paulo-SP: Cortez, 2001.

EY, F. G. *Sujeito e subjetividade*. São Paulo-SP: Thomson, 2003.

SALVADOR, C. C. (org.). *Psicologia da educação*. Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TELES, M.L.S. *O que é psicologia*. 6ª ed. São Paulo-SP: Brasiliense, 1994.

WOOLFOK, A. E. *Psicologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DISCIPLINA: Habilidades Integradas em Língua Inglesa I	CÓDIGO
---	--------

DEPARTAMENTO:

CH 90h	CRÉDITOS 4.2.0	PRÉ-REQUISITOS: -
-----------	-------------------	-------------------

EMENTA

Desenvolvimento, em nível básico, do vocabulário, de pronúncia, da estrutura (falada e escrita) e da compreensão da Língua Inglesa com o objetivo de capacitar o aprendiz na comunicação e suas necessidades, idéias e opiniões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, C.; SELIGSON P. *New English File Elementary*. Oxford University Press, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMBRIDGE. *International Dictionary of English*. Londres: Cambridge University Press: 1996.

MURPHY, Raymond. *English Grammar in Use*. Cambridge University Press, 2004.

SWAN, Michael. *Practical English Usage*. Oxford: University Press, 1995.

4.7.2.2 2º Período – Continuidade dos estudos de conceitos linguísticos e de formação de professor

DISCIPLINA: Habilidades Integradas em Língua Inglesa II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 90h	CRÉDITOS 4.2.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p>EMENTA</p> <p>Desenvolvimento, em nível básico, do vocabulário, de pronúncia, da estrutura (falada e escrita) e da compreensão da Língua Inglesa com o objetivo de capacitar o aprendiz na comunicação e suas necessidades, idéias e opiniões.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>OXENDEN, Clive; LATHAM-KOENIG, C.; SELIGSON P. <i>New English File Elementary</i>. Oxford University Press, 2004.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>CAMBRIDGE. <i>International Dictionary of English</i>. Londres: Cambridge University Press: 1996.</p> <p>MURPHY, Raymond. <i>English Grammar in Use</i>. Cambridge University Press, 2004.</p> <p>SWAN, Michael. <i>Practical English Usage</i></p>		

DISCIPLINA: Fonética e Fonologia da Língua Inglesa		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p>EMENTA</p> <p>Desenvolvimento da competência oral em língua inglesa por meio do estudo e prática da fonologia segmental da língua em nível básico.</p>		

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAKER, Ann. *Ship or Sheep? An intermediate pronunciation course*. Cambridge University Press, 1987-1995.

LANE, Linda. *Basics in pronunciation. Intermediate practice for clear communication*. Columbia University, 1997.

NISEN, Alleen Pace and NILSEN, Don L. F. *Pronunciation Contrasts in English*. A Regents Publication, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HEWINGS, Martin. *Pronunciation tasks. A course for pre-intermediate learners*. Cambridge University Press, 1993.

LANE, Linda. *Focus on pronunciation. Principles and practice for effective communication*. Columbia University, 1993.

DISCIPLINA: Introdução aos Estudos Linguísticos		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 3.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA Linguística como Ciência. Contribuição de Saussure. Linguagem: características, funções e variações, correntes da Linguística Moderna. BIBLIOGRAFIA BÁSICA AITCHISON, Jean. <i>Introdução aos estudos linguísticos</i> . Portugal: Publicações Europa-América, 1993. BENVENISTE, Émile. <i>Problemas de linguística geral I</i> . Pontes: Campinas, 1989. _____. <i>Problemas de linguística geral II</i> . Pontes: Campinas, 1989. BORBA. Francisco da Silva. <i>Introdução aos estudos linguísticos</i> . Nacional. SP, 1984. CÂMARA Júnior. Joaquim Mattoso. <i>Princípios de linguística geral</i> . 5. Rio: Livraria Acadêmica 1972. ILARI, Rodolfo. <i>A Linguística e o ensino da língua portuguesa</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1985.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CABRAL, Leonor Scliar. *Introdução à linguística*. Porto Alegre: Globo, 1974.

COLLADO, Jesus-Antonio. *Fundamentos de linguística geral*. Lisboa: Coleção signos, 1973.

COSERIU, Eugênio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1982.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

GENOUVRIER, Émile e PEYTARDA, Jean. *Linguística e ensino do português*. Coimbra: Almedina, 1973.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1980.

LYONS, Jonh. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.

MARTINET, André. *Conceitos fundamentais da linguística*. Lisboa: Presença, 1976.

DISCIPLINA: Teoria da Literatura I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 4.0.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p>EMENTA</p> <p>A <i>Poética</i> de Aristóteles: conceitos básicos. Literatura: conceito, funções e influência. Teoria da Literatura: origem, conceito, objeto e métodos de estudo. Gêneros literários: conceituação historiográfica. Estudo da Tragédia, Comédia e Epopeia. As formas narrativas: Romance, Novela, Conto e seus elementos estruturadores. A poesia lírica. Versificação: métrica, ritmo, rima e estrofe.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ARISTÓTELES. <i>Arte Poética</i>. São Paulo: Martin Claret, 2005.</p> <p>ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. <i>A poética clássica</i>. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1997.</p> <p>BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). <i>Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas</i>. 2 ed. Maringá: Eduem, 2005.</p> <p>BRAIT. Beth. <i>A personagem</i>. 7 ed. São Paulo: Ática, 2004</p> <p>CADEMARTORI, Lígia. <i>Períodos literários</i>. São Paulo: Ática, série Princípios, 1995.</p>		

CARA, Salete de Almeida. *A poesia lírica*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.

COSTA, Lúcia Militz da. *A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 1992.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.

D'ONOFRIO, Salvatore. *Teoria do texto: prolegômenos e teoria da narrativa*. v.1. 2 ed. São Paulo: Ática, 2002.

_____. *Teoria do texto: teoria da lírica e do drama*. v. 2. São Paulo: Ática, 2001.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

GANCHÓ, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. 7 ed. São Paulo: Ática, 2001.

GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons, ritmos*. 13 ed. São Paulo: Ática, 2000.

GOTLIB, Nádia Batella. *Teoria do conto*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1990.

KOTHE, Flávio. *O herói*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1987..

MESQUITA, Samira Nahid de. *O enredo*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2003.

PIRES, Orlando. *Manual de teoria e técnica literária*. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

SAMUEL, Rogel. (org.). *Manual de teoria literária*, Petrópolis: Vozes, 1985.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e. *Teoria da literatura*. 8 ed. Coimbra: Almedina, 1994.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1989.

SOUSA, Roberto Acízelo de. *Teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FOSTER, Thomas C. *Para ler literatura como um professor: um guia ágil e curioso que ensina a ler nas entrelinhas*. (trad.) Frederico Dantello. São Paulo: Lua de papel, 2010.

MACHADO, Ana Maria. *Como e por que ler os clássicos desde cedo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

STAIGNER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975

TAVARES; Hênio TAVARES. *Teoria da literatura*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

WELLEK, René e WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. Lisboa: Europa América, 1971.

DISCIPLINA: Gestão e Organização do Trabalho Educativo		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
CH 45h	CRÉDITOS 2.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -
EMENTA		
Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais. Organização e função da escola. Organização e		

planejamento do Trabalho Pedagógico. Coordenação Pedagógica. O currículo e a avaliação. O Projeto Político Pedagógico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho*. 6. ed., São Paulo: Brasiliense, 1998. Coleção

BASTOS, J. B. (org). *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

FERRETI, Celso J., Silva Jr, João Dos Reis E Oliveira, Maria Rita N. S. *Trabalho, formação e currículo: Para Onde Vai a Escola?* São Paulo: Xamã, 1999.

LIBANEO, José carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Cuiabá: Alternativa, 2007

LIMA, L. C. *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez, 2001,

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. 4. ed, São Paulo: Ática, 1998. (Série Princípios).

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 4. ed. São Paulo: Cortez Instituto/Paulo Freire, 2003 (Guia da Escola Cidadã, v.7).

VEIGA, I. V. P. (org). *Projeto Político Pedagógico: uma construção possível*. 13 ed. São Paulo: Papirus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA, Naura C. (Org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2001.

NÓVOA, Antonio (Coord.). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

MOREIRA, Antonio F. B. e SILVA, Tomaz T. da (org.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994

MURAMOTO, Helenice M. S. *Supervisão da Escola: para que te quero? Uma Proposta dos Profissionais na Escola Pública*. São Paulo, IGLU, 1991.

SOUZA, Rosa Fátima. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho*. 4 ed, São Paulo: Ática, 1998. (Série Princípios).

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 4. ed. São Paulo: Cortez Instituto/Paulo Freire, 2003 (Guia da Escola Cidadã, v.7).

DISCIPLINA: Didática		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
CH 45h	CRÉDITOS 2.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -
<p>EMENTA</p> <p>Concepções de Didática e seus determinantes. O objetivo de estudo da Didática e suas variáveis internas: objetivos, conteúdos, metodologia, relação professor/aluno, recursos de ensino e avaliação. O planejamento didático e a organização do trabalho docente.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>ANASTASIOU, L. das G.C. <i>Didática e ação docente: aspectos metodológicos na formação de profissionais da educação</i>. In: ROMANOWSKI, Joana Paulin; MARTINS, Pura Lúcia Oliver e JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo (orgs.). <i>Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente</i>. Curitiba: Champagnat, 2004.</p> <p>ANDRÉ, Marli Eliza D. A. De; OLIVEIRA, M.R.N.S.(orgs.). <i>Alternativas do ensino da didática</i>. Campinas/SP: Papirus, 1997.</p> <p>CONTRERAS, J. <i>A autonomia do professor</i>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>CUNHA, M.I.da. <i>A docência como ação complexa: o papel da didática na formação de professores</i>. In: LOPES, A.C.; MACEDO, E. (Org.) <i>Currículo: debates contemporâneos</i>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MOREIRA, A.F.; SILVA, T. T. <i>Currículo, Cultura e Sociedade</i>. São Paulo Cortez, 1994.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>FEKDMAN, D. <i>Ajudar a ensinar: relações entre didática e ensino</i>. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, M.R.N.S. <i>A reconstrução da didática: elementos teórico-metodológicos</i>. Campinas/SP: Papirus, 1991.</p> <p>VEIGA, I.P.A.(coord.). <i>Repensando a didática</i>. Capinas/SP: Papirus, 1991.</p>		

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITOS: -

EMENTA

Paradigmas de avaliação da aprendizagem. Concepções de avaliação vigentes na escola. Práticas avaliativas no ensino fundamental e Instrumentos de avaliação. Reflexões sobre a prática pedagógica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOFFMAN, Jussara. Avaliação mito & desafio - uma perspectiva construtivista. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: 1991.

_____. Avaliação mediadora: uma prática em construção pré-escolar à Universidade. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 1993.

LUCKESI, Cipriano. *Avaliação educacional: pressupostos conceituais*. Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, 7 (24): 5-8, 1978.

_____. *Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEPRESBITERIS, Léa. *O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora*. São Paulo: EPU, 1989.

HAYDT, Regina Célia Cazanix. *Avaliação do processo ensino-aprendizagem*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1989.

LIMA, Adriana de Oliveira. *Avaliação escolar: julgamento x construção*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUDKE, Menga e MEDIANO, Zélia (Coords.). *Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica*. Campinas, São Paulo: Papyrus.

POPHAM, W. James. *Avaliação educacional*. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1983

REVISTA DA EDUCAÇÃO AEC. *Avaliando a avaliação*. Ano 15, nº 60, abril-julho, 1980.

SOUSA, Clarilza Prado de. (org.) *Avaliação do rendimento escolar*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.

4.7.2.3 3º Período – Continuidade dos estudos de conceitos linguísticos e de formação de professor

DISCIPLINA: Habilidades Integradas em Língua Inglesa III		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 90h	CRÉDITOS 4.2.0	PRÉ-REQUISITOS:

EMENTA

Desenvolvimento da competência linguístico-comunicativa em língua inglesa em nível pré-intermediário. Ampliação do conhecimento de vocabulário e de estruturas linguísticas e funções comunicativas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LATHAN, C. *New English File Pre-Intermediate*. Oxford University Press. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCOTT, Louisa May. *Little Women*. England : Penguin Books, 1997.

BRONTE, Charlotte. *Jane Eyre*. England : Penguin books, 1991.

CAMBRIDGE. *International Dictionary of English*. Londres: Cambridge University Press: 1996.

HORNBY, A. S. *Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English*. Oxford: Oxford University Press, 1974.

MURPHY, Raymond. *English Grammar in Use*. Cambridge: Cambridge University Press: 1994.

DISCIPLINA: Leitura e Escrita em Língua Inglesa: Gênero e Diversidade Cultural		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 45h	CRÉDITOS 2.1.0	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA Desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em Língua Inglesa, através do uso de diferentes tipos de textos e posteriores discussões a partir de um nível intermediário de inglês. BIBLIOGRAFIA BÁSICA BROOKES, Arthur & GUENDY PETER – <i>Beginning to Write</i> . Cambridge University Press. Cambridge, 1998. FOWLER, W.S. <i>Progressive Writing</i> . Longman, 1989. IMHOOF, Maurice & Hudson, Herman. <u><i>From Paragraph to Essay: Developing</i></u>		

Composition Writing. Longman, 1987.

INGRAM, Beverly & King. Carol. From Writing to Compositiry. Cambridge University Press, 1988.

JOLLY, David. Writing Tasks. Cambridge University Press, 1988.

SPENCER, Carolyn M. & Arbrun, Beverlly – Foundations of Writing. National Textbook Company. Ilionois. U.S.A., 1997.

STRAUCH, Ann. O Bridges to Academic Writing. Cambridge University Press. Cambridge, England, 1998.

WITHROW, Jean, Effective Writing. Cambridge University Press, 1996.

WHITE, Ronald V. Teaching Written English. Heinemann Educational Books, 1980.

WHITE, Ron & ARNDT, Valerie. Process Writing. Longman, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COLLINS, Cobuild. English Language Dictionary. Ricahrd Clay Ltda, Bungay, Suffalk, 1990.

EASTWOOD, John & Mackin Ronald. A Basic English Grammar. Oxford University Press, 1982.

MCARTHUR, Tom. Lexican of Contemporary English, Longman, 1981.

MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. Cambridge University Press, 1985.
The Cassell Thesaurus. Mackays of Chatham, Kent, 1998.

VINCE, Michael. Advanced Language Practice. The Both. Press, Both, 1994.

Outras fontes: Material autêntico em Língua Inglesa: artigos de jornais e revistas, folhetos, anúncios, quadrinhos, textos dramaturgicos, contos e Internet.

DISCIPLINA: Morfologia e Sintaxe da Língua Inglesa		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 60h	CRÉDITOS 2.2.0	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA Estudo de conceitos básicos de morfologia da língua inglesa. Elementos de morfologia: morfemas e alomorfes; tipos de morfemas; flexão e derivação; processos de formação de palavras. Reflexão sobre as relações entre os conteúdos de morfologia estudados e		

o ensino de línguas. Estudos sobre a estrutura sintática da língua inglesa. Estudos contextualizados da gramática da língua inglesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Halliday, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

QUIRK, R. *A University Grammar of English*. Longman Publishing Group, 1993.

van Valin, R. D. *An introduction to Syntax*. Cambridge University Press, 2001.

SPENCER, A. *Morphological Theory: An introduction to word structure in generative grammar*. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers Ltd., 1996.

STEINBERG, M. *Morfologia Inglesa: Noções Introdutórias*. Coleção Princípios. Editora Ática, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EASTWOOD, John & Mackin Ronald. A Basic English Grammar. Oxford University Press, 1982.

NIDA, E.A. *Morphology: the descriptive analysis of words*. 2 ed. University of Michigan Press, Ann Arbor, 1949.

SWAN, Michael. *Practical English Usage*. Oxford, 1995.

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Fundamentos da Educação		
CH 45h	CRÉDITOS 2.1.0	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA Familiarização do licenciando com o mundo da surdez. O sujeito surdo em um mundo ouvinte. Apresentação e desenvolvimento da língua brasileira de sinais. Libras como língua legítima da comunidade surda e os sinais como alternativa natural para a expressão linguística. A língua portuguesa como uma segunda língua.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, (1944: Salamanca). <i>Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais</i> . 2. ed. – Brasília: CORDE., 1997. FERNANDES, Eulália. <i>Surdez e bilinguismo</i> . Porto Alegre: Mediação, 2004.		

GOES, Maria Cecília Rafael de. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados, 1996.

GOLDFELD, Marcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva socio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GOES, Maria Cecília Rafael de (orgs.). *Surdez: processos educativos e subjetividades*. São Paulo: Lovise, 2000.

QUADROS, Ronice Muller de. *Aquisição de L1 e L2: o contexto da pessoa surda*. Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos. Rio de Janeiro: INES, 1997.

SKLIAR, C. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediacão, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AHLGREEN, I. & HYLSTENSTAM, K. (eds). *Bilingualism in deaf education*. Hamburg: signum-verl., 1994.

QUADROS, Ronice Muller de. *O tradutor de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2004.

_____. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Colaboração de Lodenir Becker Karnopp. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

MOURA, Maria Cecília. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA Elaboração do projeto de pesquisa. Definição do tema, com base em revisão bibliográfica e levantamento de investigações já realizadas. Definição do problema e objetivos. Definição dos instrumentos, procedimentos de pesquisa, cronograma. Estudo de normatização, de acordo com o Regulamento da UFPI.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2003. CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. <i>Metodologia científica</i> . 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1980.		

GALLIANO, A. G. *O método científico: teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1983.

_____. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1988.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado I		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Métodos e Técnicas de Ensino		
CH 90h	CRÉDITOS 0.0.6	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA Projeto de Estágio. Estágio de Regência no Ensino Fundamental e Médio. BIBLIOGRAFIA BÁSICA PAQUAY, L; PERRENOUD, P; ALTET, M; CHARLIER, È. <i>Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?</i> 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. QUELUZ, A, G. (ORIENT); ALONSO, M(ORG.). <i>O trabalho docente: teoria e prática</i> . São Paulo: Pioneira, 1999. TARDIF, M. <i>Saberes docentes e formação profissional</i> . Petrópolis: Vozes, 2002. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ZABALA, A. <i>A prática educativa: como ensinar</i> . Porto Alegre: Artmed, 1998.		

4.7.2.4 4º Período – Continuidade dos estudos de conceitos linguísticos, literários e de formação de professor

DISCIPLINA: Habilidades Integradas em Língua Inglesa IV	CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras	

CH 90h	CRÉDITOS 4.2.0	PRÉ-REQUISITOS:
<p>EMENTA</p> <p>Desenvolvimento da competência linguístico-comunicativa em língua inglesa em nível pré-intermediário. Ampliação do conhecimento de vocabulário e de estruturas linguísticas e funções comunicativas.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>LATHAN, C. <i>New English File Pre-Intermediate</i>. Oxford University Press. 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ALCOTT, Louisa May. <i>Little Women</i>. England : Penguin Books, 1997.</p> <p>BRONTE, Charlotte. <i>Jane Eyre</i>. England : Penguin books, 1991.</p> <p>CAMBRIDGE. <i>International Dictionary of English</i>. Londres: Cambridge University Press: 1996.</p> <p>HORNBY, A. S. <i>Oxford Advanced Learner's Dictionary of Current English</i>. Oxford: Oxford University Press, 1974.</p> <p>MURPHY, Raymond. <i>English Grammar in Use</i>. Cambridge: Cambridge University Press: 1994.</p>		

DISCIPLINA: Literatura Anglo-Americana		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 90h	CRÉDITOS 6.0.0	PRÉ-REQUISITOS:
<p>EMENTA</p> <p>Abordagem panorâmica da Literaturas Inglesa e Norte-Americana. Escritores e obras literárias dos períodos Anglo-Saxônico e Medieval. Shakespeare. Tradição puritana americana. Idade da razão americana. Poetas românticos ingleses: Wordsworth, Byron, Keats e Shelley. Romancistas românticos ingleses: Emily Bronte, George Eliot e Thomas Hardy. Período romântico americano. Transcendentalismo americano. Autores da era moderna inglesa: George Bernard Shaw e D. H. Lawrence.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p>		

ABRAMS et al . *The Norton Anthology of English Literature* , Vol I e II. New York : W.W. Norton Company , 1986.

BURGUESS, Anthony. *English Literature*. London: Longman, 1974.

CHRYSTAL , David . *The Cambridge Encyclopedia of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

THORNLEY,G.C. *An Outline of English Literature* . Londres: Longman, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BYAM, , et alii . *Norton Anthology of American Literature* . Vols I e II ,New York: W.W. Norton Company , 1986

BROOKS. Cleanth. *American Literature- The Makers and the Making*. New York: St Martin´s Press, 1984

CCAA Researchers . *A Brief View Of American Literature*. Brasil : Waldyr Lima Editora.

DRABBLE, Margaret (Ed.) *The Oxford Companion to English Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

GOTTESMAN, Ronald et alli .*Norton Anthology of American Literature* (single Volume). New York: Norton ,1996.

GUNN, Giles, ed. *Early American Writing*. New York: Penguin , 1994.

HIGH, Peter B. *An outline of American Literature*. London: Longman , 1991

JAMES, O. *The reader`s encyclopedia of Shakespeare: The only encyclopedia of Shakespeare and his works*. New York: MJF Books, 1966.

PERKINS ,George et al , eds . *The American Tradition in Literature* . New York: Random, 1985.

SISTER ANN CAROL, O . P .*The Beginnings of American Literature* . New York: The MacMillan Company, 1975.

SISTER MARY ADOLORATA , O. S . M. *The Growing Years of American Literature*. New York: The MacMillan Company , 1976.

DISCIPLINA: Trabalho de Conclusão de Curso II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Letras		
CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITOS:

EMENTA

Desenvolvimento da pesquisa. Aprofundamento da fundamentação teórica. Coleta e tratamento dos dados. Redação de relatório parcial de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - Normas ABNT sobre documentação. Rio de Janeiro, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 1980.

GALLIANO, A. G. *O método científico - Teoria e prática*. São Paulo: Harbra, 1986.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1988.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

RUDIO, F. V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1978.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: Ética e Meio Ambiente		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Filosofia		
CH 30h	CRÉDITOS 1.1.0	PRÉ-REQUISITOS:
EMENTA Conceito de Ética. Noções sobre Ética, Moral e Direito. A Ética na conservação do Meio Ambiente: a importância da conservação ambiental em face das queimadas, desmatamento, lixo, poluição, construção das grandes barragens e o processo histórico de apropriação dos recursos naturais. Os desafios da educação ambiental formal e não formal		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BERNA, V. <i>Como fazer educação ambiental</i> . São Paulo: Paulus, 2001. GUIMARÃES, M. <i>A dimensão ambiental na educação</i> . Campinas: Papiros, 2001.		

KOFF, E. D. *A questão ambiental e o ensino de ciências*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

MEDINA, Naná Mininni.; SANTOS, Elizabeth da Conceição. *Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2000.

MÜLLER, J. *Educação ambiental: diretrizes para a prática pedagógica*. Porto Alegre: FAMURS, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACSELRAD, H. *Ecologia direito do cidadão: coletânea de textos*. Rio de Janeiro: J.B. 1993.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal: Direito do meio Ambiente e Participação Popular/ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis Brasileiros: IBAMA. 1994.

DASHEFSKY, H. S. *Dicionário de ciência ambiental*. Guia de A a Z. São Paulo: Gaia, 1995.

ISAIA, Enise Bezerra Ito. (Org). *Reflexões e práticas para desenvolver a educação ambiental na escola*. Santa Maria: Ed. IBAMA, 2000. 998p. OIL-00298 577.4:37 R322.

MORIN, Edgar. *O paradigma perdido: a natureza humana*. Portugal: Europa-américa, 1973.

NEAD. *O ensino de ciências e educação ambiental*. Cuiabá: NEAD, IE, UFMT (CD-ROM) 2001.

SATO, Michèle (Coord.) et al. *Ensino de ciências e as questões ambientais*. Cuiabá: NEAD, UFMT, 1999.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II		CÓDIGO
DEPARTAMENTO: Métodos e Técnicas de Ensino		
CH 120h	CRÉDITOS 0.0.6	PRÉ-REQUISITOS:
<p>EMENTA</p> <p>Projeto de Estágio. Estágio de Regência no Ensino Médio.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>PAQUAY, L; PERRENOUD, P; ALTET, M; CHARLIER, Ë. <i>Formando professores profissionais</i>. Quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p> <p>QUELUZ, A, G. (ORIENT); ALONSO, M(ORG.). <i>O trabalho docente: teoria e prática</i>. São Paulo: Pioneira, 1999.</p> <p>TARDIF, M. <i>Saberes docentes e formação profissional</i>. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>ZABALA, A. <i>A prática educativa: como ensinar</i>. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>		

4.7.3 Seminário de Introdução ao Curso

Este seminário tem como meta principal oferecer uma preparação para o curso de Licenciatura em Letras, de acordo com as normas vigentes e seguindo os padrões de qualidade que norteiam o ensino da Universidade Federal do Piauí. Desta forma, o intuito desta atividade é contribuir com a formação dos graduandos em Letras, auxiliando-os a compreender melhor o universo em que estão adentrando. A realização do Seminário de Introdução ao Curso ocorrerá no início do primeiro semestre, com duração de 15 horas-aula.

O objetivo do evento é apresentar o Curso de Letras e a Universidade Federal do Piauí aos alunos, facilitando seu acesso e adaptação ao Ensino Superior. Também estão previstas discussões sobre o papel do aluno em tempos modernos, enfatizando o desenvolvimento da autonomia como um processo primordial e indispensável, notadamente nos espaços universitários. Com este propósito, o Seminário de Introdução ao Curso propõe um debate amplo a respeito de questões relevantes ao Curso de Letras.

No seminário, serão apresentados aos alunos o Regimento da Universidade Federal do Piauí, o Projeto Político Pedagógico, sua coordenação, as atividades que farão parte do curso e os meios que serão utilizados para atingir os objetivos propostos.

4.7.4 Estágio Obrigatório

O estágio, sob a forma supervisionada, é um dos momentos de integração entre a academia, a escola e a comunidade. Momento em que o licenciando percebe ser sujeito ativo no processo educacional e social, proporcionando sua inserção no campo de atuação profissional. Para os que já exercem o magistério, propicia uma reflexão e um redimensionamento sobre a práxis pedagógica.

O estágio obrigatório é a parte do currículo que integra a teoria e a prática, sem, entretanto, ser a única com esse caráter, pois tanto a teoria como a prática devem permear todo o processo de formação acadêmico-profissional, possibilitando ao licenciando colocar-se à frente das questões do dia-a-dia da prática docente, incentivando a pesquisa e a qualificação continuada, em busca de soluções para os problemas detectados.

O estágio obrigatório possibilita que a academia seja um local aberto a estudos e discussões referenciadas na dimensão prática da ação docente, para reorientação da formação acadêmico-profissional com base na realidade proporcionada pelo intercâmbio de conhecimentos e vivências de questões inerentes ao exercício da ação docente, numa vinculação constante entre ação-reflexão-ação, para melhoria do ensino de graduação.

O presente documento apresenta as diretrizes gerais e normas de operacionalização do estágio obrigatório para cursos de licenciatura, visando atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/96, a legislação do Conselho Nacional de Educação – CNE, Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96) e, conseqüentemente, as normas da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

4.7.4.1 Fundamentos Legais

- Lei 9.394, de 20.12.1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece que os estágios devam ser regulamentados pelo sistema de ensino (Art. 82).
- Resolução CNE nº 01/02
Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- Resolução CNE nº 02/02
Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, formação plena, para Formação de Professores da Educação Básica em nível superior.
- Parecer CNE/CP nº 027/2001
Dá nova redação ao item 3.6, à linha C do Parecer CNE/CP nº09/2001, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de profissionais da Educação Básica, em nível superior, Cursos de Licenciatura de Graduação Plena.
- Resolução nº 199, de 20.11.2003 – CEPEX/UFPI
Estabelece as normas gerais do Estágio Obrigatório e institui a sua duração e carga horária. Atente-se que, no caso de Cursos de 2ª Licenciatura, a Carga

Horária do Estágio Obrigatório será de 210h, distribuídas em duas disciplinas de 90h e 120h a serem ministradas nos 3º e 4º Semestres, respectivamente.

- Resolução nº 38/04 – CEPEX/UFPI
Altera a Resolução 199/03 – CEPEX/UFPI, acrescenta um novo artigo e renumera os seguintes.
- Resolução nº 109/04 – CEPEX/UFPI
Estabelece critérios gerais para aproveitamento de atividades docentes regulares na Educação Básica para alunos que ingressaram até 2003.2 nos Cursos Regulares de Licenciatura Plena da UFPI.
- Resolução nº 115/05 CEPEX/UFPI
Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores de Educação Básica e define o perfil do profissional formado na UFPI.
- Resolução CNE/CES 18, de 13.03.2002
Institui Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Letras.
- Decreto nº 5.622, de 19.12.2005.
Regulamenta o artigo nº 80 da Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009.
Implementa a política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica.
- Resolução CD/FNDE nº 13 de 20 de maio de 2010.
Estabelecimento das orientações e diretrizes para concessão e pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a docentes dos cursos especiais presenciais de primeira e segunda licenciatura e de formação pedagógica do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), ministrados por instituições de educação superior (IES) sob coordenação da CAPES, a serem pagas pelo FNDE.

4.7.4.2 Sistemática de Operacionalização - Objetivos e caracterização

O Estágio Obrigatório, para os cursos de Licenciatura da UFPI, constitui componente curricular obrigatório dos cursos de formação de recursos humanos para o magistério, para integralização curricular, previsto nos diversos currículos dos

cursos de licenciatura, conforme determinado pela legislação que disciplina o funcionamento do estágio obrigatório nos cursos de licenciatura plena (Resolução nº 01/02 – CNE, Resolução nº 02/02 – CNE, Resolução nº 199/03 – CEPEX/UFPI, Resolução nº 109/04 – CEPEX, Resolução nº 01/06 – CNE e Resolução nº 115/05 – CEPEX/UFPI).

Compreende o período em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, objetivando iniciar o futuro educador em sua vida profissional, através da vivência de situações concretas de ensino, sob a orientação e acompanhamento direto de um docente-supervisor.

O Estágio Obrigatório corresponde nas diversas licenciaturas às atividades de aprendizagem pedagógica, social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais da prática pedagógica, sob a coordenação da Instituição de Ensino.

O Estágio Obrigatório objetiva:

- garantir a formação acadêmica: conclusão do processo de ensino-aprendizagem;
- vivenciar uma nova modalidade de aprendizagem, como experiência pedagógica, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos e a interdisciplinaridade;
- desenvolver atividades que possibilitem ao estudante: conhecimento da sala de aula em todos os aspectos do seu funcionamento; vivência da prática docente, envolvendo as dimensões humana, técnica, social e política; e a descoberta de si mesmo como agente social e construtor da cidadania, cujo trabalho só terá sentido se tiver como finalidade a realização da pessoal.

Constitui, pois, momento único em que o estudante-estagiário tem a oportunidade de auto-avaliação e de, ao mesmo tempo, ser avaliado quanto às suas competências e habilidades para o exercício da ação docente.

O Estágio Curricular poderá ser planejado de modo a se constituir como atividade de extensão e/ou pesquisa, viabilizando a participação do estudante em projetos de interesse social.

4.7.4.3 Organização Administrativa e Didático-Pedagógica

4.7.4.3.1 Aspectos Administrativos

À Coordenação de Estágio Obrigatório compete planejar e coordenar as ações relativas ao estágio nos cursos de Letras, organizando, encaminhando, acompanhando e avaliando seu desenvolvimento. O coordenador será escolhido dentre os docentes responsáveis pelo estágio obrigatório. As competências e tempo de mandato desse coordenador serão estabelecidos pelos seus respectivos pares.

4.7.4.3.2 Carga Horária: 210 horas-aula

O Estágio Obrigatório, para os diversos cursos de 2ª Licenciatura junto ao PARFOR, compreende:

Estágio obrigatório I - 90 (noventa) horas-aula;

Estágio obrigatório II - 120 (cento e vinte) horas-aula.

A carga horária total do Estágio perfaz 120 (cento e vinte) horas-aula, que são ofertadas nos dois últimos semestres letivos do Curso de Letras-Inglês, 2ª Licenciatura (3º e 4º Períodos).

4.7.4.3.3 Período de Realização e Duração: 3º e 4º Períodos

O Estágio Obrigatório realizar-se-á durante o período letivo do PARFOR-UFPI, correspondendo ao período estabelecido pelo calendário acadêmico da Instituição para os cursos de licenciatura junto ao PARFOR, em consonância com o período letivo das redes pública e privada de ensino.

4.7.4.3.4 Campo de Estágio

O Estágio Obrigatório é componente curricular a realizar-se em campos pertencentes à Instituição ou em outras instituições públicas e privadas, do meio urbano ou rural, de Ensino Fundamental e Médio e em outros campos de atuação profissional, que atendam aos critérios estabelecidos pela Universidade Federal do Piauí, na forma de convênios firmados.

Os estudantes que já atuam como docentes na Educação Básica poderão solicitar o aproveitamento das experiências da prática pedagógica nas escolas em que atuam. Esta solicitação será analisada pelo corpo docente do curso.

Nesta proposta curricular, o princípio essencial da formação docente é a reflexão contínua sobre a prática em sala de aula, enfatizando a pesquisa como eixo

articulador da construção e reconstrução do conhecimento. O estágio obrigatório ocorrerá em dois blocos, a partir do terceiro módulo, com acompanhamento específico de no máximo 25 alunos por turma e será supervisionado de acordo com a lotação do estudante/profissional em sala de aula.

4.7.4.3.5 Matrícula

O discente deve efetuar a matrícula para estágio na Coordenação do Curso, no período estabelecido no calendário acadêmico da Instituição para os cursos de graduação; estando sua matrícula condicionada ao cumprimento dos pré-requisitos no currículo do curso.

4.7.4.3.6 Encaminhamento ao Campo de Estágio

O encaminhamento ao campo de estágio se dará através de ofício do docente supervisor ou da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado.

4.7.4.4 Formas de Operacionalização

4.7.4.4.1 Supervisão do Estágio

A Supervisão do Estágio é o elo entre o órgão formador e a Instituição Educacional que recebe o estudante para a realização do Estágio Obrigatório. A atuação do docente-supervisor visa articular, acompanhar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no campo, proporcionando ainda oportunidades de reflexão sobre o pensar e o agir profissional.

A supervisão no Estágio Obrigatório ocorre de forma direta com monitoramento sistemático e contínuo das atividades do estágio, através da:

- avaliação periódica do desempenho dos alunos, de acordo com a orientação do professor supervisor;
- criação e recriação de espaços de reflexão-ação-reflexão durante todo o processo;
- orientação na elaboração do Plano de Estágio e dos relatórios parciais e de conclusão do Estágio;
- elaboração do calendário de reuniões periódicas com os estudantes e co-participantes do processo de ensino-aprendizagem;

- apresentação à Coordenação de Estágio Curricular de Ensino dos Cursos de Letras de relatório das atividades desenvolvidas;
- proposição de alternativas pedagógicas de acordo com as necessidades e/ou a cultura institucional no decorrer do estágio curricular, garantindo o alcance dos objetivos propostos.

O docente-supervisor é o professor responsável pela indicação do campo de estágio e pelo processo acadêmico de acompanhamento do estudante-estagiário. Ele também é responsável por conduzir o aluno, durante o período de estágio, a atividades de observação, ao conhecimento da realidade do campo de estágio, desenvolvendo uma visão crítica da realidade escolar, ao entendimento da dinâmica institucional, ao conhecimento da literatura sobre a área de atuação, à participação em reuniões informativas e de troca de experiências e ao planejamento, execução e avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

4.7.4.4.2 Planejamento, Execução e Avaliação do Plano de Estágio

O Plano de Estágio, contendo todas as etapas do estágio, é tarefa do estudante-estagiário, sob a orientação do docente-supervisor. Compete ao docente-supervisor selecionar e priorizar conteúdos a serem trabalhados e atividades a serem executadas, definir os objetivos que devem ser atingidos, fixar prazos, competências e habilidades a serem adquiridas e determinar, *a priori*, formas do próprio estágio.

O Plano de Estágio elaborado pelo licenciando deve conter as seguintes partes essenciais:

- Introdução: apresentação do trabalho de forma sintética e objetiva.
- Objetivos gerais e específicos: os objetivos definem o porquê da realização do trabalho e o que se pretende atingir com a sua realização.
- Fundamentação teórica: estudo sobre conteúdos relacionados à formação docente, às competências e habilidades do professor.
- Metodologia do trabalho: contempla as seguintes etapas: conhecimento da realidade do campo de estágio, planejamento, execução e avaliação de atividades didático-pedagógicas, elaboração e entrega do Relatório Final do Estágio e apresentação dos resultados no Campo de Estágio.

- Cronograma: apresenta as etapas do trabalho e o tempo em que acontecerão.

O Plano deve ser elaborado a partir do conhecimento da realidade do campo de estágio. A execução do Plano pelo estudante-estagiário deve ser acompanhada pelo docente-supervisor.

A avaliação do Plano de Estágio deve ser realizada após o término de cada etapa prevista no documento, para verificação e correção das falhas ocorridas, envolvendo docente-supervisor e estudante-estagiário.

4.7.4.4.3 Acompanhamento, Controle e Avaliação do Estágio

O acompanhamento e o controle do estágio devem ser realizados pelo docente-supervisor na forma descrita de supervisão (direta) e através de instrumentos a serem preenchidos pelo docente-supervisor, pelo estudante-estagiário e pelo docente-titular do campo de estágio (ficha de supervisão, ficha de frequência do estagiário, relatórios parciais e relatório final).

A avaliação deve envolver, além do docente-supervisor e do estudante-estagiário, o professor ou professores titulares do campo de estágio, da(s) turma(s), local do estágio e os profissionais (supervisor escolar/coordenador de ensino/diretor ou outros profissionais) do *lócus* de estágio, que devem avaliar o rendimento alcançado pelo estagiário e os aspectos gerais do estágio.

Os instrumentos de avaliação do estagiário devem ser elaborados pelo docente-supervisor, contemplando alguns elementos: integração do discente-estagiário no campo de estágio; desempenho das tarefas, capacidade de aplicação do conhecimento teórico-prático; capacidade de autocrítica; autodisciplina; assiduidade/pontualidade, comprometimento, relacionamento interpessoal, postura profissional, habilidades e competências inerentes à profissão.

4.7.4.4.4 Pesquisa e Extensão no Estágio obrigatório: Estágio Obrigatório

Como a lógica da formação na Universidade Federal do Piauí aponta para a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, tendo por base o compromisso da Instituição com a construção de novos conhecimentos, desenvolvimento da capacidade de adaptar-se às mudanças e ao atendimento das

necessidades da comunidade onde a mesma está inserida, se faz necessário que o Estágio Obrigatório possa ocorrer, prioritariamente, na forma de ensino, mas pode-se associar o ensino às atividades de extensão e/ou de pesquisa.

O Estágio Obrigatório na forma de extensão visa à participação dos estudantes em ações que possam colaborar com os docentes já atuantes na Educação Básica, na revisão constante da sua prática, propiciando qualificação técnica e humana à comunidade de acordo com as necessidades apresentadas, contribuindo com momentos de reflexão e de troca e construção de saberes.

O Estágio Obrigatório na forma de pesquisa visa desenvolver o espírito científico do futuro licenciado, formando sujeitos afeitos às questões da investigação e a questionamentos que possam buscar soluções para os problemas enfrentados na prática pedagógica por aqueles que já exercem o magistério, abrindo espaços para o pensar, o criticar, o criar e para a proposição de alternativas. Visa, portanto, instrumentalizar o estudante-estagiário para aprender e criar de forma permanente, buscando respostas aos problemas que surgem nas atividades de ensino, ou seja, na prática educativa.

4.7.4.4.5 Orientações para o Estagiário

- Tomar conhecimento da Legislação Vigente e das Resoluções que regulamentam o Estágio Obrigatório na UFPI e do Manual de Estágio;
- Efetivar matrícula no Estágio Obrigatório, na Coordenação do Curso a qual está vinculado;
- Elaborar o Plano de Estágio sob a orientação do docente-supervisor;
- Destinar, obrigatoriamente, um turno para a realização do estágio, para atendimento do horário da escola-campo de estágio, caso não exerça o magistério;
- Observar os prazos estipulados no plano de estágio para entrega dos trabalhos, materiais e documentos solicitados pelo docente-supervisor;
- Entregar ao docente-supervisor, ao final de cada mês ou no prazo estabelecido pelo mesmo, a frequência devidamente assinada pelo responsável direto no campo de estágio;

- Apresentar, ao término do Estágio Obrigatório, ao docente-supervisor, um relatório sobre as atividades desenvolvidas, expondo os resultados e a avaliação do trabalho no campo de estágio, apresentando e socializando os resultados.

As diretrizes gerais e normas de operacionalização do Estágio Obrigatório para as diversas licenciaturas da UFPI objetivam *a priori* subsidiar o estudante-estagiário nos aspectos legais que respaldam o estágio na Instituição, como também nos aspectos técnico-metodológicos das diferentes fases/momentos a serem vivenciados na sua formação acadêmica.

4.7.4.4.6 Definição dos Termos

CAMPO DE ESTÁGIO – Local credenciado (instituições escolares e não escolares) pela Coordenação de Estágio Curricular – CEC/PREG, onde o estudante realiza atividades de estágio.

ESTUDANTE-ESTAGIÁRIO – Aluno matriculado no estágio obrigatório, encaminhado oficialmente ao campo de estágio.

DOCENTE-SUPERVISOR – Professor da UFPI, indicado pelo Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – DMTE, para acompanhar o Estágio ou Prática de Ensino e proceder à supervisão das atividades do estágio.

DOCENTE-TITULAR DO CAMPO DE ESTÁGIO – Professor da escola/turma do campo de estágio, onde são desenvolvidas as atividades de estágio.

PLANO DE ESTÁGIO – Documento elaborado pelo aluno-estagiário com a orientação do docente-supervisor, contendo o detalhamento das atividades de estágio.

4.7.5 Estágio Não Obrigatório

O Estágio Não Obrigatório é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam matriculados na Universidade Federal do Piauí, ou nos seus colégios de ensino médio.

Ressalte-se que o Estágio Não Obrigatório diferencia-se do Estágio Obrigatório, por ser desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso.

4.7.5.1 Fundamentação Legal

O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão regulamenta o Estágio Não Obrigatório, na UFPI, através da Resolução N°26/09 em face da necessidade de adequar a atividade de Estágios Não Obrigatórios à nova Lei N°11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre estágios.

4.7.5.2 Sistemática de Operacionalização – Objetivo e caracterização

O Estágio Não Obrigatório, para os cursos de Licenciatura da UFPI, é de suma importância, uma vez que funciona como mecanismo catalisador da interação e aproximação da Comunidade com a Universidade, pois que visa abolir conceitos ultrapassados, os quais apregoam que a academia é um lugar de elite e, por isso mesmo, de restrito acesso.

No entanto, o Art. 2º da Resolução N°26/09, que regulamenta o Estágio Não Obrigatório na UFPI, estabelece: “O Estágio Não Obrigatório deverá fazer parte do projeto pedagógico do curso. O curso em cujo projeto pedagógico não constar o Estágio Não Obrigatório, seus alunos não poderão participar desta modalidade de estágio”.

Destarte, o Projeto Político Pedagógico do Curso de 1ª Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, no âmbito do PARFOR/UFPI, não pode prescindir desse requisito, uma vez que os discentes desse curso especial, emergencial, gozam dos mesmos direitos do alunado do curso regular oferecido por esta IES.

4.7.5.3 Organização Administrativa

4.7.5.3.1 Aspectos administrativos

Desde outubro de 2009, a Coordenadoria de Cursos, Seminários e Estágios Extracurriculares (CCSEE/PREX/UFPI) passou a se denominar Coordenadoria de Cursos e Estágios Não Obrigatórios (CCENO/PREX/UFPI), conforme a Resolução nº. 18/09 do Conselho de Administração da UFPI (CAD), visando a melhor adequação à mudança proposta pela Lei N° 11.788 de 25 de Setembro de 2008, que elevou o Estágio Extracurricular à condição de atividade supervisionada e integrada aos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação. Assim sendo, estão sob a responsabilidade da CCENO:

- Os cursos de extensão;
- Os eventos de extensão (e.g. congressos, seminários, oficinas, simpósios, jornadas, semanas, encontros, fóruns, reuniões, mesas redondas, painéis, exposições, espetáculos, eventos esportivos, festivais, feiras, mostras, lançamentos, recitais, apresentações teatrais, exibições de vídeos, cinemas e televisões, demonstrações públicas de cantos, danças e interpretações musicais, torneios, olimpíadas esportivas e intelectuais, dentre outros);
- Os Estágios Não Obrigatórios.

Portanto, é de competência da Coordenadoria de Cursos e Estágios Não Obrigatórios - CCENO/PREX/UFPI efetuar:

- cadastramento;
- arquivamento;
- catalogação;
- prestação de informações sobre as atividades cadastradas e/ ou
- relatorizadas;
- expedição de declarações;
- expedição de certificados (para cursos de extensão e eventos em geral
- cadastrados);
- elaboração de minutas de convênio (para cursos de extensão, eventos e
- estágios não obrigatórios);
- elaboração de minuta de termo de compromisso dos estágios não
- obrigatórios.

4.7.5.3.2 Período de Realização e Duração

Em razão de os alunos do Curso de 1ª Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, no âmbito do PARFOR/UFPI, já terem experiência magisterial, de pelo menos 03 (três) anos, fica facultado que estes poderão pleitear o Estágio Não Obrigatório depois de concluído o 1º Período do curso em causa.

O Estágio Não Obrigatório terá um tempo mínimo de dois anos. Ressalte-se, entretanto, que este não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

4.7.5.3.3 Campo de Estágio

A Universidade Federal do Piauí celebrará convênios com instituições públicas e privadas para viabilizar o Estágio Não Obrigatório de seus alunos naquelas instituições. Tais convênios serão assinados pelo Reitor da Universidade Federal do Piauí, após apreciação dos Conselhos Superiores, e pelo Pró-Reitor de Extensão, desde que estes não acarretem compromisso financeiro para a Instituição.

4.7.5.4 Forma de Operacionalização

O Estágio Não Obrigatório será celebrado por meio de um Termo de Compromisso, que será assinado pelo Coordenador de Cursos e Estágios Não Obrigatórios - CCENO, pelo responsável da Instituição concedente do Estágio, pelo aluno e pelo professor supervisor.

No Termo de Compromisso deverão constar as obrigações e direitos da Instituição concedente, do estagiário e da Universidade Federal do Piauí. Cada Termo de Compromisso terá a validade de seis meses, sendo renovado, semestralmente, até completar o período de dois anos.

Ademais, a Universidade Federal do Piauí e as Instituições concedentes dos estágios poderão recorrer a agentes integradores de estágios mediante convênios assinados com estes.

4.7.5.4.1 Sistemática Didático-Pedagógica

4.7.5.4.2 Supervisão do Estágio Não Obrigatório

O Estágio Não Obrigatório é um ato educativo escolar supervisionado e, como tal, exige o acompanhamento de um professor supervisor que será indicado pela Coordenação de cada curso. Por conseguinte, na âmbito do PARFOR/UFPI, caberá ao Coordenador do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, indicar os professores supervisores dos estagiários oriundos deste curso.

4.7.5.4.3 Planejamento do Plano de Estágio Não Obrigatório

O professor orientador elaborará o Plano de Estágio que deverá ser apresentado à Coordenadoria de Cursos e Estágios Não Obrigatórios – CCENO, da Pró-Reitoria de Extensão (PREX/UFPI).

4.7.5.4.4 Remuneração do Estágio Não Obrigatório

O Estágio Não Obrigatório deverá estar sempre acompanhado de uma bolsa ou outra forma de contraprestação acordada entre as partes, não podendo haver Estágio Não Obrigatório sem remuneração.

4.7.5.4.5 Direitos do Estagiário

- Será obrigatória concessão de auxílio transporte para o estagiário pago pela Instituição concedente.
- Todo estagiário deverá estar coberto com um seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice deve ser compatível com os valores de mercado.
- É vedada a cobrança de qualquer valor ao estagiário.
- Todas as despesas referentes aos itens supracitados, ou qualquer outra inerente ao Estágio Não Obrigatório, ficarão por conta da Instituição conveniada.

4.7.5.4.6 Condições para Participar do Estágio Não Obrigatório

Para participar do Estágio Não Obrigatório, o estudante deverá estar regularmente matriculado e obedecer às seguintes condições:

- não ser reprovado por falta durante o período do estágio;
- estar matriculado no bloco de disciplinas ofertado pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, nos limites do PARFOR/UFPI;
- apresentar bom desempenho acadêmico.

4.7.5.4.7 Orientações para o Estagiário

- Tomar conhecimento da Legislação Vigente, da Resolução que regulamenta o Estágio Não Obrigatório na UFPI e do Manual de Estágio;
- Efetivar matrícula no Estágio Não Obrigatório, na Coordenação do Curso ao qual está vinculado;
- Elaborar o Plano de Estágio sob a orientação do docente-supervisor;
- Destinar, obrigatoriamente, um período de tempo específico para a realização do estágio, para atendimento do horário do campo de estágio, caso este não seja seu próprio local de trabalho.
- Observar os prazos estipulados no Plano de Estágio para entrega dos trabalhos, materiais e documentos solicitados pelo docente-supervisor;
- Entregar a frequência ao docente-supervisor ao final de cada mês, ou no prazo por este estabelecido, devidamente assinada pelo responsável direto do campo de estágio;
- Apresentar, ao término do Estágio Não Obrigatório, ao docente-supervisor, um relatório sobre as atividades desenvolvidas, expondo os resultados e a avaliação do trabalho no campo de estágio, apresentando e socializando os resultados.

4.7.6 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Em consonância com o art 9º da Resolução CES/CNE nº 04, de 13 de julho de 2005, o Curso de Licenciatura em Letras – Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa, 2ª Licenciatura, junto ao PARFOR, adotará o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em caráter obrigatório, a ser submetido à apreciação de dois pareceristas, professores do Curso, no último semestre letivo (4º módulo). Em caso de divergência de pareceres, fica prevista a submissão a um terceiro parecerista.

A carga horária relativa ao TCC está dividida em duas disciplinas de 30h cada, a serem ministradas nos terceiro e quarto semestres. Como resultado do TCC, será apresentado um trabalho individual a ser desenvolvido sob a supervisão de um professor orientador, de acordo com o regulamento da UFPI quanto aos critérios de elaboração e apresentação, normas técnicas e formatação, mecanismos de avaliação e outras diretrizes que se fizerem necessárias.

Quanto ao desenvolvimento do TCC, este poderá ser realizado na forma de artigo acadêmico ou monografia, aplicado a questões decorrentes do Estágio Supervisionado ou a temas relevantes para a área de Letras Inglês.

Os casos omissos serão analisados pelo colegiado do curso.

4.8 Orientações Acadêmicas

O curso será realizado através de encontros presenciais que permitirão também atividades culturais e de socialização entre estudantes e professores. Há também a possibilidade de orientações on-line.

4.9 Coordenação Pedagógica do Curso

4.9.1 Coordenação do Curso de Letras – Inglês junto ao PARFOR

Apontado(a) através de indicação da Assembléia Departamental de Letras.

Vinculação: Departamento de Letras / Centro de Ciências Humanas e Letras/UFPI

4.9.2 - Gestão e Atribuições de Funções

Coordenador de Curso será responsável pela coordenação do curso. Deverá acompanhar e avaliar todo o processo de execução do curso.

Professores serão responsáveis pelas disciplinas de cada módulo do curso.

4.10 Processo de Avaliação

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisão relativo ao curso, destacam-se: avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; e a avaliação do material didático. Neste projeto, é dado destaque para a avaliação da aprendizagem, uma vez que os outros aspectos são trabalhados em subprojetos específicos.

Entendendo a avaliação da aprendizagem como parte integrante do processo educativo, vinculando-se diretamente aos objetivos da aprendizagem no contexto do projeto do Curso de Letras Inglês, esta deve ser realizada de forma contínua, considerando o desempenho do aluno em relação ao que foi planejado, visando à tomada de decisão em relação à consecução dos objetivos propostos, envolvendo também o julgamento do aluno sobre sua própria aprendizagem, sempre que possível.

4.10.1 Avaliação Institucional

O sistema de avaliação da educação superior – Lei nº 10861, de 14.04.2004, aplica-se integralmente ao Curso de Letras. A Lei instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e, no artigo 3º, estabelece as dimensões para a Avaliação Institucional em âmbito nacional, respeitando a realidade de cada instituição. O Programa de Auto-avaliação da UFPI adota como elementos norteadores do seu processo avaliativo a análise destas dimensões conforme suas especificidades. Constituem as dimensões institucionais:

- A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para o estímulo ao desenvolvimento do ensino, à produção acadêmica e às atividades de extensão;
- A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio-ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

- A comunicação com a sociedade;
- As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia em relação à Reitoria e à participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- Políticas de atendimento aos estudantes;
- Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

4.10.2 Objetivos da Avaliação Interna da UFPI

De forma geral, os objetivos do Programa de Avaliação Interna da UFPI consistem em:

- Avaliar a eficácia e a efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFPI para definir seu perfil institucional;
- Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;
- Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.

Para a consecução dos objetivos gerais do Programa de Avaliação Interna, faz-se necessário realizar ações de caráter específico, tendo em vista os objetivos e a missão institucional. Serão, portanto, analisados:

- O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão da UFPI;

- A política de formação acadêmico-científica, profissional, bem como o grau de articulação entre a iniciação científica, a extensão e a formação profissional dos alunos estudantes;
- As políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento social, enquanto Instituição portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural;
- A infra-estrutura e sua relação com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da UFPI;
- O planejamento e avaliação, instrumentos centrados no presente e no futuro institucional, a partir do conhecimento de fragilidades, potencialidades e vocação institucional;
- As formas de acesso dos alunos à UFPI;
- Programas que buscam atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil no âmbito da UFPI;
- A capacidade de administrar a gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas no PDI.

4.10.3 Desenvolvimento Metodológico

4.10.3.1 Contextualização do Objeto de Avaliação

Para definir a metodologia do Programa de Avaliação Interna da UFPI, foi considerado o resultado da auto-avaliação realizada recentemente pela comissão anterior no período 2003-2004, cujo trabalho foi pautado nos indicadores sugeridos no Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – PAIUB e pelo conjunto de indicadores que balizou a criação do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O trabalho avaliativo na UFPI prevê duas dimensões articuladas para sua execução: política e técnica. A dimensão política compreende a avaliação interna e externa. A avaliação interna se constitui na análise crítica das ações realizadas nos

diversos segmentos da UFPI, tendo como foco a participação da comunidade universitária. A avaliação externa é concebida como oportunidade crítica para que outros segmentos externos à Instituição participem do exame da prática universitária.

A dimensão técnica possibilita a análise crítica dos dados quantitativos e qualitativos para reconhecer as diferenças, valorizar aspectos específicos, explicar situações, bem como atribuir e buscar sentido acadêmico e pedagógico. A adoção dessas dimensões tem a finalidade de manter a UFPI em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior, contribuindo, assim, para a construção de uma nova identidade para esta Instituição, conforme os paradigmas contemporâneos.

4.10.4 A Avaliação do Curso de Letras Inglês junto ao PARFOR

A avaliação do curso de caráter formativo será realizada ao final de cada período através de questionários envolvendo professores e estudantes, visando à melhoria da sua operacionalização. A avaliação do curso, após a conclusão da primeira turma, envolverá o acompanhamento de egressos através de aplicação de questionários aos mesmos e junto às instituições que absorvem os profissionais qualificados no curso de Letras pela UFPI, considerando os aspectos relacionados aos objetivos do curso e do perfil profissional.

4.10.4.1 A Avaliação da Aprendizagem no Curso de Letras Inglês

O trabalho do professor ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a este saber.

Neste sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva, dialógica professor/aluno - mediada principalmente por textos - se torna fundamental.

No processo de avaliação de aprendizagem, é relevante analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente às suas próprias experiências, a fim

de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos do projeto pedagógico.

No Curso de Letras Inglês, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como ocorre não só a aprendizagem da língua estrangeira, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

No que se refere ao registro no sistema acadêmico, será feito por módulo, através da verificação da assiduidade e aproveitamento, com base na Resolução nº 043/95 – CEPEX/UFPI.

O aproveitamento ocorrerá de forma presencial, com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções. Essas questões ou proposições são elaboradas pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento. Os resultados das avaliações serão expressos por nota numa escala de zero a dez.

Ao final do módulo, esses dados serão repassados da Secretaria para o Registro Geral.

Cada professor, juntamente com o Departamento, ficará responsável por adequar o sistema de avaliação como melhor se adaptar à sua disciplina.

4.11 Condições de Implementação

4.11.1 Processo Seletivo

Os professores interessados em participar do Curso de Letras – Inglês junto ao PARFOR devem se inscrever na Plataforma Paulo Freire (site da CAPES), terem suas inscrições homologadas pelas Secretarias Estadual ou Municipais de Educação, assim como terem suas matrículas referendadas pela UFPI, momento em que devem apresentar a documentação comprobatória pessoal e funcional.

4.11.2 Duração

O curso terá duração mínima de dois anos e máxima de quatro anos.

4.11.3 Carga Horária

A carga horária total do curso é de 1.395 (Um mil trezentos e noventa e cinco) horas/aula.

4.11.4 Estrutura Curricular

A estrutura curricular adotada é a semestral.

4.11.5 Infraestrutura

O curso de Letras Inglês encontra-se no Departamento de Letras. O Departamento de Letras conta com oito salas de aula, as quais estão localizadas no Centro de Ciências Humanas e Letras. Administrativamente, o Departamento está organizado em Chefia (Chefe e Subchefe) e Coordenação (Coordenador e Subcoordenador).

No âmbito do PARFOR o Curso de Letras – Inglês poderá ser ofertado dos diversos Campi da UFPI, localizados nas cidades de Picos, Bom Jesus, Parnaíba e Floriano, contando, para tanto, com a infraestrutura desses diversos Campi. Turmas do Curso de Letras – Inglês junto ao PARFOR poderão ainda ser ofertadas em municípios que não contam com campus da UFPI, situação em que contaremos com a infraestrutura oferecida pela Secretaria Municipal de Educação.

4.11.6 Corpo Docente

O Departamento de Letras conta com doze professores titulares na área de Língua Inglesa e Literaturas Anglofonas, os quais estão abaixo elencados:

Professor	Titulação	CPF
Ana Cláudia Oliveira Silva	Mestre	341.621.354-87
Beatriz Gama Rodrigues	Doutora	116.638.238-98
Clarissa Neiva Nunes de Sousa	Especialista	152.598.701-15
Claudio Augusto Carvalho Moura	Mestre	859.000.443-00
Érica Rodrigues Fontes	Doutora	079.385.577-22
Francisco Wellington Borges Gomes	Mestre	756.473.893-68

Juliana Castelo Branco Paz da Silva	Especialista	695.898.793-49
Maria do Perpétuo Socorro Rêgo e Reis	Doutora	066.245.963-68
Santilha Maria Sampaio e Silva	Especialista	138.175.903-34
Saulo Cunha de Serpa Brandão	Doutor	141.435.774-53
Sebastião Alves Teixeira Lopes	Doutor	239.844.573-91
Wander Nunes Frota	Doutor	221.004.583-53

Departamento conta ainda com 22 professores titulares em outras áreas de Letras, conforme quadro descritivo abaixo:

Professor	Titulação	CPF
Airton Sampaio de Araújo	Mestre	097.389.403-20
Alcione Corrêa Alves	Mestre	969.978.850-04
Antonio Marcos Moreira da Silva	Mestre	946.232.446-87
Antonio Ribeiro da Silva	Mestre	066.314.873-15
Camilla dos Santos Ferreira	Mestre	052.240.907-50
Catarina de Sena S. M. da costa	Doutor	047.343.433-49
Francisco Alves Filho	Doutor	245.769.803-00
Francisco de Sales Abreu	Mestre	078.171.003-06
Jasmine Soares Ribeiro Malta	Mestre	470.613.323-87
João Benvindo de Moura	Mestre	395.061.503-20
Kilpatrick Muller B. Campelo	Doutor	536.894.021-15
Laura Ribeiro da Silveira	Doutor	029.368.067-12
Marcelo Alessandro L. dos Anjos	Mestre	641.402.023-00
Maria Angélica Freire de Carvalho	Doutor	021.609.027-05
Maria Auxiliadora Ferreira Lima	Doutor	074.512.373-20
Maria da Conceição Machado	Mestre	001.582.083-15
Maria Elvira Brito Campos	Doutor	463.793.045-68
Maria do Socorro Borges Oliveira	Doutor	227.965.253-68
Maria Salomé Vasconcelos Lima	Mestre	096.855.373-72
Naziozênio Antonio Lacerda	Mestre	131.659.173-53
Samantha de Moura Maranhão	Mestre	506.137.665-04
Zuleide Maria Cruz Freitas	Mestre	504.386.203-30

O Curso de Letras – Inglês junto ao PARFOR contará também com a participação de professores lotados no Centro de Ciências da Educação, assim como de professores das áreas de Letras, Educação e áreas afins, lotados nos

diversos campi da UFPI.

De acordo com a Resolução FNDE/CD/Nº 48 DE 04 DE SETEMBRO DE 2009. Caso o corpo docente da UFPI não seja suficiente para fazer frente à demanda por professores para o Curso de Letras – Inglês junto ao PARFOR, existe a possibilidade de se recorrer a professores externos à UFPI, para exercer a função de professor-pesquisador, de acordo com o inciso IV, art. 2º da Lei nº 11.273/2006. Pode-se recorrer também a professores com formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior, ou vinculação ou formação em programa de pós-graduação, de mestrado ou doutorado, professor-pesquisador II, de acordo com o inciso III, art. 2º da Lei 11.273/2006.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CEPEX/UFPI 038/04, de 10 de março de 2004. *Altera a Resolução Nº 199/03 – CEPEX, acrescenta um novo artigo e renumera os seguintes*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CEPEX/UFPI 105/05, de 28 de junho. *Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena - Formação de Professores de Educação Básica e define o perfil do profissional formado na UFPI.*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002. *Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.* Disponível em < <http://mec.gov.br>>, acesso em mar. de 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP Nº1, de 18 de fevereiro de 2002. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica em nível superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena.* Disponível em http://portal.mec.gov.br/cseesp/arquivos/pdf/rs1_2.pdf, acesso em março de 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CEPEX/UFPI 109/04, de 02 de julho de 2004. *Estabelece critérios gerais para aproveitamento de atividades docentes regulares na Educação Básica para alunos que ingressaram até 2003.2 nos Cursos Regulares de Licenciatura Plena da UFPI.*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CEPEX/UFPI 199/03, de 20 de novembro de 2003. *Estabelece as normas gerais do Estágio Curricular Supervisionado de Ensino e institui a sua duração e carga horária.*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 18, de 13 de março de 2002. *Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras.* Brasília, Diário Oficial da União, seção 1, de 9 de abril de 2002: 34.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução UFPI Nº 115/05, de 28 de junho de 2005. *Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura Plena – Formação de Professores da Educação Básica e define o Perfil Profissional da Educação formada da UFPI.*

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução UFPI Nº 226/06, de 30 de setembro de 2005. *Aprova Ementa, Carga Horária, Referência Bibliográfica e Pré-requisito de Disciplinas do DEFE/CCE, para os Cursos de Licenciatura da UFPI.*

BRASIL, Presidência da República. Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009. *Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de*

Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>, acesso em ago. de 2010.

BRASIL, Presidência da República. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. *Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>, acesso em mar. de 2009.

BRASIL, Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.* Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>, acesso em mar. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CD/FNDE nº 13 de 20 de maio de 2010-Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.* Brasília, 2010. Disponível em <www.mec.gov.br/cne/pdf/CES182002.pdf>, acesso em ago. de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução MEC/CNE nº 1, de 11 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Resolucao1_110209.pdf> acesso em set. de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras.* Brasília, 2001. Disponível em <www.mec.gov.br/cne/pdf/CES182002.pdf>, acesso em set. de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação/UFPI. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Letras - Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa.* Departamento de Letras: Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Campus Ministro Petrônio – Teresina – PI, 2010.